

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELISANGELA LEITE DA COSTA LEMOS

NECROPOLÍTICA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: VIDAS DESCARTÁVEIS

MATINHOS

2023

NECROPOLÍTICA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: VIDAS DESCARTÁVEIS

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Especialização de Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a)/Professor(a): Prof(a). Dr(a). Ane Barbara Voidelo Mariussi



FEDERAL DO PARANÁ
SEÇÃO DE GESTÃO ACADÊMICA DA PÓS-GRADUAÇÃO
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Alto da XV, Curitiba/PR, CEP 80060-000 Telefone: -
<http://www.ufpr.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA Nº19

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE ESPECIALIZAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA EM QUESTÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR.

No dia nove de dezembro de dois mil e vinte e três às quatorze horas, na sala virtual da plataforma digital TEAMS, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de monografia do discente **ELISÂNGELA LEITE DA COSTA LEMOS**, intitulada: **NECROPOLÍTICA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: VIDAS DESCARTÁVEIS**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação QUESTÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: ANE BÁRBARA VOIDELO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), GISELE ÁVILA LEAL DE MEIRELLES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), EDUARDO HARDER (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela **APROVAÇÃO**, com conceito **APL** (Aprendizagem Plena). Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga do título de especialista está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, ANE BÁRBARA VOIDELO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HARDER, INSTITUCIONAL**, em 19/12/2023, às 15:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANE BARBARA VOIDELO MARIUSSI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/12/2023, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GISELE AVILA LEAL DE MEIRELLES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/12/2023, às 11:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ELISANGELA LEITE DA COSTA LEMOS**,
Usuário Externo, em 21/02/2024, às 12:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei
11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador
6292618 e o código CRC **5FDF6E6**.

Referência: Processos nº 23075.002927/2023-19

SEInº 62926

RESUMO

A população em situação de rua é uma expressão da Questão Social que vem ganhando destaque no cenário brasileiro, devido ao crescente número de pessoas vivendo nessas condições e às constantes violações de direito que sofrem cotidianamente. Diante dessa triste realidade enfrentada pela população em situação de rua, buscou-se por meio desse estudo analisar quais os impactos que as práticas necropolíticas utilizadas pelo Estado acarretam sobre essa população. Para tal, buscou-se estabelecer uma articulação entre o conceito de biopolítica/biopoder de Foucault, com a noção de necropolítica de Mbembe, por meio de um estudo bibliográfico, visando expor a intencionalidade do Estado Racista na eliminação de populações tidas como descartáveis. Também, por meio de entrevista semiestruturada buscou-se conhecer a trajetória de vida de cinco pessoas em situação de rua e compreender de que forma elas foram e são afetadas pelas ações e omissões do Estado necropolítico. O presente estudo revelou que a atuação necropolítica do Estado tem criado condições estruturais para ida e permanência de pessoas às ruas, criando zonas de morte, onde parafraseando Mbembe, as condições de vida são tão precárias, que a distinção entre a vida e a morte é muito sutil.

Palavras-chave: Necropolítica. População em Situação de Rua. Morte Social. Vidas Descartáveis. Necropoder.

ABSTRACT

The homeless population is an expression of the Social Issue that has been gaining prominence in the Brazilian scenario, due to the growing number of people living in these conditions and the constant violations of rights they suffer on a daily basis. Faced with this sad reality faced by the homeless population, this study sought to analyze the impacts that the necropolitical practices used by the State have on this population. To this end, we sought to establish an articulation between Foucault's concept of biopolitics/bipower, with Mbembe's notion of necropolitics, through a bibliographic study, aiming to expose the intentionality of the Racist State in eliminating populations considered disposable. Also, through semi-structured interviews, we sought to learn about the life trajectories of five homeless people and understand how they were and are affected by the actions and omissions of the necropolitical State. The present study revealed that the State's necropolitical actions have created structural conditions for people to go and stay on the streets, creating zones of death, where, to paraphrase Mbembe, living conditions are so precarious that the distinction between life and death is very subtle.

Keywords: Necropolitics. Homeless Population. Social Death. Disposable Lives. Necropower.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – EQUIPE MINIMA SUGERIDA PARA O CENTRO POP.....	31
QUADRO 2 – INFRAESTRUTURA FÍSICA DO CENTRO POP.....	33

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NOVOS USUÁRIOS CADASTRADOS NO CENTRO POP SEBASTIANA	
MARTINS.....	32
TABELA 2 – CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

- CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
- CIAMP/RUA - Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População de Rua
- CONGEMAS - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
- GTI - Grupo de Trabalho Interministerial
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MDS - Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome
- MNPR - Movimento Nacional da População de Rua
- PNAS - Política Nacional de Assistência Social
- PNPR - Política Nacional para População de Rua
- PSR - População em Situação de Rua
- SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	13
2.1 LUTAS E CONQUISTAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA A PARTIR DE 1990 ATÉ A INSTITUIÇÃO DO DECRETO 7053/2009.....	15
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	17
3 NECROPOLÍTICA	20
3.1 MORTE SOCIAL	26
4 CENTRO POP	27
4.1 CENTRO POP DE FAZENDA RIO GRANDE E SUAS ESPECIFICIDADES	30
5 METODOLOGIA	34
5.1 PARTICIPANTES E CAMPO DA PESQUISA	36
5.2 CONHECENDO OS PARTICIPANTES	36
5.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	39
6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	40
6.1 VIDA ANTERIOR A SITUAÇÃO DE RUA	41
6.2 MOMENTO DE RUPTURA E PRIMEIROS DIAS VIVENDO NAS RUAS.	45
6.3 ORGANIZAÇÃO DA VIDA NA RUA E RELAÇÃO COM OS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	49
6.4 RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO E SONHOS FUTUROS	54
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

Segundo Albuquerque (2009), a população em situação de rua não é um fenômeno da sociedade atual, contudo representa o aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais, oriundas do sistema neoliberal vigente. É um fenômeno social constituído por meio da síntese de múltiplas determinações (SILVA, 2009), tornando esse fenômeno um elemento extremamente relevante no que se refere a composição da pobreza nas sociedades capitalistas. Vale ressaltar que a população em situação de rua é historicamente invisibilizada pela sociedade, assim como pelo Estado. De acordo com Mattos e Ferreira (2004) esse fenômeno é naturalizado, reconhecido como algo permanente e sem historicidade, o que conduz a marginalização das pessoas que estão nessa situação.

Pois dentro da lógica capitalista, que considera como cidadão apenas aqueles que contribuem para que as engrenagens do capital continuem funcionando, aqueles que se enquadram no que Marx e Engels (2001) chamaram de lumpemproletariado, são tidos como não cidadãos e tratados como mortos sociais. Sendo, estes impulsionados a se utilizarem das ruas como espaço de moradia, habitando debaixo de marquises, viadutos, praças, entre outros e buscando o seu sustento, por meio da venda de balas, doces e outros artigos, por vezes pedindo esmolas, coletando materiais recicláveis, entre outras atividades. Enquanto isso, a sociedade capitalista continua girando as suas engrenagens e tirando cada vez mais a cidadania dessaparcela da população, reforçando cotidianamente a sua morte social. Pois, quem se importa? O fato é que muitos se incomodam com a população de rua, mas na verdade poucos são os que realmente se importam e sentem empatia por esses que são tratados como mortos ainda em vida.

Além disso, a população em situação de rua sofre com políticas sociais ineficazes, que na verdade são geridas pela lógica da necropolítica, termo cunhado por Mbembe(2018) para explicar as maneiras pelas quais, a sociedade contemporânea atua para gerar a destruição máxima de pessoas e a criação de “mundos de morte”, submetendo populações específicas, entre elas a população em situação de rua, a condições de vida que lhe conferem o *status* de “mortos-vivos”. Assim, diante dessa realidade perversa, que assola cotidianamente a população em situação de rua e os afeta tão profundamente a ponto de aniquilar a sua vida, não apenas a física, mas também a social, se faz extremamente necessário discutir os

efeitos dessa política de morte sobre esse grupo populacional que impossibilita a superação da situação de rua.

Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo compreender como a população em situação de rua é impactada pelas ações necropolíticas do Estado. Tendo como hipótese inicial, que o poder necropolítico opera nessa população a sua “morte social” e conseqüentemente dificulta o processo de saída das ruas. O estudo foi desenvolvido junto a população em situação de rua atendida no Centro Pop Sebastiana Martins, situado no município de Fazenda Rio Grande – PR.

O interesse pelo tema emerge das minhas experiências profissionais no setor público, atuando enquanto cuidadora social no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) de Fazenda Rio Grande – PR, no qual atuo desde 2015 até a presente data. Estar nesse espaço me permitiu compreender as dinâmicas institucionais e sociais que regem o trato com essa população, além de me propiciar a experiência do contato cotidiano com essas pessoas que vivenciam a situação de rua em todos os seus percalços, dificuldades e violências. Assim, essa temática se faz extremamente relevante, pois aborda um fenômeno social que está presente no fazer profissional não só do e da assistente social, mas também de inúmeras outras áreas do saber, exigindo dessas profissionais respostas que venham ao encontro das demandas dessa população.

Assim, essa pesquisa se justifica pela sua importância para população em situação de rua, pois possibilitará lançar luz sobre um problema que é historicamente invisibilizado, apontando as lacunas existentes nas atuais políticas sociais voltadas a essa população, as quais por meio da necropolítica tem causado efeitos negativos na vida das pessoas em situação de rua, mantendo-as nessa situação e conduzindo-as à morte social e quando não física. Além de propiciar lugar de fala para esses que cotidianamente são silenciados, garantindo que eles mesmos falem daquilo que sentem na pele cotidianamente. Enquanto para o meio acadêmico se faz relevante, pois abordará uma temática ainda pouco estudada, abrindo precedentes para mais estudos dentro dessa área. Já para a pesquisadora e trabalhadora tem grande significância, pois possibilitará uma maior aproximação desse público com a qual atuo cotidianamente, levando a uma maior compreensão das dificuldades que essa população tem para superação da situação de rua dentro da subjetividade de cada pessoa.

Para tal, buscou-se estabelecer uma articulação entre o conceito de biopolítica/biopoder de Foucault, com a noção de necropolítica de Mbembe, por meio de um estudo bibliográfico, visando expor a intencionalidade do Estado Racista na eliminação de populações tidas como descartáveis. Bem como, por meio de entrevista semiestruturada buscou-se conhecer a trajetória de vida de cinco pessoas em situação de rua e de que forma elas foram e são afetadas pelas ações e omissões do Estado necropolítico.

Desse modo, busca-se demonstrar que as formas de violações realizadas contra essas pessoas são práticas estatais planejadas com o intuito de causar a sua morte, não somente física, mas sobretudo social, mantendo-os em uma condição de “mortos-vivos”. Pois, o cotidiano da população em situação de rua retrata uma série de violações de direitos que vão muito além do que os olhos da sociedade em geral conseguem ver. Essas violações perpassam pelo racismo e discriminação, pela exclusão de espaços sociais de convívio, pela negação ou restrição de acesso à alguns espaços da cidade, pelas ameaças, pelo olhar desviado daqueles que caminham ao seu lado, pelas barreiras de acesso aos serviços e às políticas públicas, pelas ações do Estado quando determina a retirada e remoções do pouco que lhe resta, pela violência física à que estão expostos e toda uma gama de violações que vão produzindo corpos e subjetividades descartáveis e também matáveis.

Assim, no desenvolvimento desse trabalho, no capítulo intitulado “*População em situação de rua no Brasil*”, buscou-se realizar um breve levantamento histórico do surgimento da população em situação de rua no contexto brasileiro, perpassando pelo período escravocrata até a contemporaneidade. Também objetivou-se destacar o processo histórico de organização política dessa população, que contribuiu para muitos avanços no que tange aos direitos dessa população. Ainda no mesmo capítulo buscou-se apontar algumas das principais características dessa população, que possui uma série de determinantes que contribuem para ampliação e continuidade dessa latente expressão da Questão Social.

Na sequência é apresentado o capítulo denominado “*Necropolítica em morte social*”, em que se busca esclarecer a maneira pela qual o Estado organiza suas ações/omissões para causar a morte de determinadas populações, entre as quais destaca-se a população em situação de rua. Desse modo, se fez necessário realizar

primeiramente uma conceituação dos termos biopolítica e biopoder cunhados pelo filósofo francês Michel Foucault, antes de discorrer diretamente sobre o termo necropolítica de Achille Mbembe. Elucida-se que para Foucault, biopolítica/biopoder estão relacionados aos “dispositivos” e tecnologias de poder que regem e controlam as populações por meio de técnicas, conhecimentos e instituições, isto é, uma regulamentação da vida. Assim, a biopolítica/biopoder se apresenta, essencialmente, por meio de mecanismos de produção e manutenção da vida, nas quais os sujeitos, a partir das tecnologias de gestão do corpo adquiridas por meio do treinamento social no decorrer de sua vida, são conformados para que sigam um modo de vida preestabelecido, aprimorando habilidades para se encaixarem em um sistema social pautado na produção e manutenção do capital. Contudo, aquelas vidas que não se adéquam aos moldes exigidos por essa sociedade capitalista, são deixadas para morrer.

Partindo desse ponto, o filósofo camaronês Achille Mbembe, vai além e desenvolve o conceito de necropolítica. Em síntese, seria a gestão da vida nas mãos do Estado, possibilitando a arbitrariedade da escolha entre quem deve morrer e viver dentro de uma sociedade. Assim, na necropolítica o poder incide sobre uma série de medidas que produzem a morte e as condições para tal, tendo o racismo como orientador. Para o racismo, o corpo matável é aquele que não produz e não se conforma às exigências da sociedade capitalista. Dessa forma, esse poder de permitir a morte é expresso, dentre outros, para aqueles que vivem nas ruas, uma vez que, segundo esta lógica, esse grupo populacional não traz lucros.

Após essa necessária conceituação, no capítulo seguinte intitulado “*Centro Pop*” intencionou-se apresentar, de forma sucinta, um dos principais serviços de atendimento à população em situação de rua que está inserido no âmbito da política de Assistência Social. O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP é fruto do decreto presidencial nº 7.053/2009 que instituiu a Política Nacional para População de Rua – PNPR. Contudo, essa política é gestada dentro de um Estado necropolítico, que por sua vez atua de forma intencional para que aquilo que está preconizado não se concretize. Ainda nesse capítulo foi dado ênfase ao Centro Pop localizado no município de Fazenda Rio Grande-PR, por ser o local onde foi realizada a pesquisa de campo.

O próximo capítulo discorre sobre a “*Metodologia*” da pesquisa e apresenta o Campo e os participantes da pesquisa. Seguido pelo capítulo que expõe a “Análise dos resultados” obtidos na pesquisa, em suas respectivas categorias. Por fim, no capítulo derradeiro estão as “*Considerações Finais*” da pesquisa, em que se aponta que a atuação necropolítica do Estado tem criado condições estruturais para ida e permanência de pessoas às ruas, criando zonas de morte, onde parafraseando Mbembe, as condições de vida são tão precárias que a distinção entre a vida e a morte é muito sutil.

2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

A população em situação de rua é um fenômeno antigo, anterior à sociedade moderna e capitalista. No Brasil, embora não existam documentos historiográficos sobre o início da população em situação de rua, é possível verificar a existência desse fenômeno mesmo antes do Império. Como denotam as “Leis Criminais do Império”, na qual se observa que na maior parte da história brasileira esse estar em situação de rua se constituía crime de mendicância e vadiagem.

No entanto, foi durante o período de transição do sistema escravagista para o capitalismo que ocorreu um aumento do pauperismo e conseqüentemente da população em situação de rua. Muñoz (2009), relata que com a abolição, 800 mil negros foram colocados em liberdade, sem profissão e sem trabalho, levando várias pessoas a ficarem em situação de rua. Além disso, menos de uma década depois ocorre a Guerra de Canudos e no final dessa, os combatentes que estavam no Nordeste descem com as suas famílias para Rio de Janeiro, no entanto não são aceitos pelas Forças Armadas. Mas buscando uma compensação, são ofertados terrenos distantes para eles, fora do centro urbano, ao passo que alguns aceitaram e outros não, levando mais um grupo para viver nas ruas (MUÑOZ, 2009).

Resende e Mendonça (2019) destacam que foi no Rio de Janeiro, principal centro industrial à época, que se deu início às práticas higienistas contra a população pobre e negra no intuito de modernizar e urbanizar o país. Assim, essa população foi expulsa das zonas centrais, para que a elite obtivesse lucro com o aluguel e a renda das habitações. Dessa forma, a população já empobrecida e sem ter condições de pagar os altos valores impostos pelo mercado imobiliário, foi impelida às ruas, passando a utilizá-la como espaço de moradia e sobrevivência.

Silva (2009), afirma que entre as décadas de 1930 e 1970, houve um desmantelamento do padrão de acumulação fundado em bases agroexportadoras para um padrão de acumulação sustentado em uma estrutura produtiva. Contudo, a indústria brasileira em desenvolvimento, não foi capaz de acolher e garantir emprego ao elevado contingente de trabalhadores que se apresentava. Esses trabalhadores não incorporados pelo mercado de trabalho passam a constituir o que Marx (2010) chama de “exército industrial de reserva”, colocando essa massa sobrando obrigatoriamente na ociosidade, enquanto sobrecarrega e explora outros, com a intencionalidade de obter o máximo de lucro possível, marca característica do sistema capitalista.

Já a década de 1980 se destacou pelo intenso processo de industrialização, sobretudo pela retomada da democracia e pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que deu centralidade a problemática da pobreza. No entanto, na década de 1990, um governo neoliberal assume o país e começa um intenso processo de privatização, que promove o desemprego e empobrecimento, levando as pessoas a perderem as condições materiais de subsidiarem a sua própria moradia, impactando diretamente no agravamento do fenômeno população em situação de rua (RESENDE; MENDONÇA, 2019).

O início do século XXI, diante do aprofundamento da pobreza e das desigualdades da década anterior, houve uma tentativa de diminuir as desigualdades por meio de políticas de redistribuição de renda. Contudo, essas políticas se mostraram e vem se mostrando ineficazes, pois estão inseridas e são geridas dentro de um contexto necropolítico, sendo incapazes de mudar o *status quo*. Dessa forma, esse quadro de profunda desigualdade, não apenas econômica, mas em todas as esferas que compõem o ser ontológico, se aprofunda e se perpetua.

O contexto de pandemia da Covid-19, que vivenciamos recentemente, acirrou ainda mais as expressões da Questão Social, em especial a população em situação de rua. De acordo com Santos (2020) a pandemia agravou e evidenciou problemas sociais estruturais causados pelo atual sistema capitalista, pelo colonialismo e pelo patriarcado, tais como: a divisão de classes, a exclusão social, a discriminação e a extrema pobreza, entre outros.

Segundo Boschetti e Behring (2021), a pandemia no Brasil encontrou um país já dilacerado pela crise econômica e social, e para além de apenas uma crise

sanitária, tem revelado a terrível desigualdade socioestrutural do país. Como demonstra a pesquisa Epicovid-19BR, realizada em 2020 e coordenada pela Universidade Federal de Pelotas, que revelou tendências como a de maior chance de infecção nos pretos e pardos e de crescimento nas famílias entre as 20% mais pobres da população, com prevalência mais de duas vezes superior à observada entre os 20% mais ricos (CALIL, 2020 *apud* BOSCHETTI; BEHRING, 2021).

Diante desse breve resgate histórico da população em situação de rua no contexto da sociedade brasileira, fica evidente que sua construção econômica e social foi fundamentada por bases exploratórias e discriminatórias. As quais foram mantidas e aprofundadas no processo de transição do sistema escravocrata para o industrial, contribuindo para exclusão social dos mais empobrecidos e favorecendo a agudização da população em situação de rua.

2.1 LUTAS E CONQUISTAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA A PARTIR DE 1990 ATÉ A INSTITUIÇÃO DO DECRETO 7053/2009.

Diante do recrudescimento da população em situação de rua, a partir da década de 1990 iniciam alguns movimentos políticos que passam a dar notoriedade, em âmbito nacional, às pessoas que vivenciam a situação de rua, como o Fórum Nacional da População em situação de rua, iniciado em 1993, seguido pelo Grito dos Excluídos, em 1995, os seminários nacionais, assim como o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

O início do século XXI também foi permeado de manifestações, em 2001 foi realizada a 1ª Marcha do Povo da Rua em Brasília, contribuindo para o processo de visibilidade dessa população na agenda pública. Em 2004, depois de um crime brutal na região central da cidade de São Paulo, que vitimou quinze pessoas que estavam em situação de rua, na qual sete delas vieram a óbito, diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil compartilharam a necessidade de se organizarem politicamente como movimento social, reclamando o direito de participação no controle social da política pública de assistência social, principalmente na proposição de uma política nacional para a população de rua (BRASIL, 2017).

No mesmo período, ainda em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social - (PNAS), que atribui à Proteção Social Especial a atenção da

população em situação de rua. No mesmo ano o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – (MDS) firma um convenio de cooperação Técnica-Científica e Financeira com a instituição Auxílio-Fraterno, intentando o fortalecimento do Movimento Nacional da População de Rua – (MNPR), por meio de capacitações (BRASIL, 2013).

Em 2005, foi lançado o Movimento Nacional da População de Rua – MNPR durante o 4º Festival Lixo e Cidadania, realizado no mês de setembro e que contou com a participação de inúmeras pessoas em situação de rua e lideranças dessa luta de todo o país. No mesmo ano foi realizado o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, que contou com a participação de vários representantes municipais, fóruns e entidades da população de rua e organizações não governamentais, como também representantes do próprio MDS. Nesse Encontro foram lançados os fundamentos para a construção da Política Nacional da população de rua que, ainda em dezembro do mesmo ano, contou com uma reposta às demandas apresentadas, a aprovação da Lei Nº 11.258/2005, que dispôs sobre a criação de programas específicos de assistência social para as pessoas que vivenciam a situação de rua (BRASIL, 2017).

Em 2006, por meio de Decreto Presidencial, foi criado o GTI – Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelo MDS e composto por diferentes Ministérios: Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, entre outros, além, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e representas do MNPR, Pastoral do Povo da Rua do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – (CONGEMAS). Esse GTI tinha como finalidade elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para inclusão social da Pop Rua e a partir disso iniciou-se um processo de discussão e elaboração da Política Nacional para População em Situação de Rua – (PNPR).

Assim, desde 2007 o MDS passou a promover ações importantes para contribuir com a criação de uma política pública específica para a População em Situação de Rua – PSR e entre 2007 e 2008, realizou a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, a única pesquisa a nível nacional realizada até a presente data.

Em 2009, foi realizado o II Encontro Nacional da População em Situação de Rua, na ocasião já de posse dos resultados da Pesquisa Nacional e o acúmulo de experiências e aprendizagens advindas do percurso de cinco anos de debates, foi

estabelecida e aprovada a proposta intersetorial da PNPR, sendo essa consolidada por meio do Decreto Nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009, que também instituiu o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População de Rua – CIAMP/Rua.

A Política Nacional para População em Situação de Rua tem a finalidade de estabelecer diretrizes que possibilitem a reintegração dessas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, além do acesso aos direitos garantidos a todos os cidadãos brasileiros, assim como o seu pleno desenvolvimento social (BRASIL, 2008). Para tal, a PNPR enfoca a intersetorialidade como tática de negociação constante para o desenvolvimento de serviços, programas e outras ações que atendam a população em situação de rua em seus direitos nas diversas políticas públicas, formando uma rede que garanta a efetividade e a qualidade da atenção ofertada (BRASIL, 2017). Assim, a PNPR coloca um desafio para os gestores públicos, sociedade civil e para a sociedade em geral, que é a formulação de estratégias integradas que permitam a superação da situação de rua. Nesse sentido os Comitês Gestores Intersetoriais locais são ferramentas importantes para o enfrentamento desse desafio (BRASIL, 2017).

No entanto, apesar das grandes conquistas alcançadas pela população em situação de rua por meio de muitas lutas, a qual pode-se destacar a PNPR, o que se tem evidenciado na atualidade é o retrocesso de muitos direitos que haviam sido conquistados, além do aumento exponencial dessa população e do acirramento das diversas violações vivenciadas por aqueles que estão em situação de rua, retratando a real intenção do Estado brasileiro quando se trata de atuar junto a essa expressão da Questão Social.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Além da necessidade de entendermos o contexto histórico no qual está inserida a população em situação de rua e suas lutas, é imprescindível a compreensão de alguns aspectos importantes sobre esse fenômeno social multifacetado, que possui uma série de determinantes que contribuem para ampliação e continuidade dessa latente expressão da Questão Social.

A partir da PNPR, o Estado brasileiro definiu essa população como um grupo heterogêneo, que vive em extrema pobreza, com vínculos familiares interrompidos

ou fragilizados, além de não possuir moradia convencional (BRASIL, 2009a). Vale ressaltar, que o governo brasileiro compreende como pessoas em situação de rua aquelas que utilizam as ruas como espaço de moradia e as que estão em unidades de acolhimento (BRASIL, 2009a).

Infelizmente, não existem pesquisas recentes em nível nacional sobre o perfil dessa população, o que dificulta uma visão ampliada da problemática, a única fonte de dados é a pesquisa realizada em 2008 pelo governo federal brasileiro. Essa pesquisa apontou que 82% da PSR é constituída por homens, dos quais 68,71% têm entre 18 e 45 anos. A maioria possui baixo nível instrucional, 63,5% do total não concluiu o ensino fundamental e 17,1% não sabem ler nem escrever, chegando ao ensino superior 0,7%, mesma porcentagem dos que concluíram (BRASIL, 2009b).

Sobre a questão de raça/cor, se declaram como pardos 39,1%, brancos 29,5% e 27,9% como pretos (BRASIL, 2009b). Esses dados evidenciaram que a proporção de negros (pretos somados a pardos) em situação de rua era consistentemente maior [67%] se comparado aos níveis encontrados na população geral [44,6%], conforme o Censo do IBGE realizado nos anos 2000 (BRASIL, 2009b). A pesquisa nacional aponta também que 70,9% das pessoas em situação de rua realizam alguma atividade remunerada, sendo o trabalho informal uma estratégia de sobrevivência (BRASIL, 2009b).

Uma pesquisa mais recente realizada na cidade de São Paulo em 2019, apontou dados semelhantes no que diz respeito à prevalência do gênero masculino em situação de rua [85%] e sobre a prevalência da faixa etária de 18 a 49 anos [66,3%]. Já no que diz respeito à escolaridade da população, percebe-se uma pequena e tímida melhora no contexto educacional, em que 23,9% não concluíram o ensino fundamental, 8,4% não sabem ler, tampouco escrever, 13,4% não concluíram o ensino médio. Chegaram ao ensino superior 8,3%, os que concluíram somam 4,1% e alcançaram uma pós-graduação 0,3% (SÃO PAULO, 2019).

A pesquisa realizada em São Paulo abordou um dado importante, que não foi contemplado pela pesquisa nacional realizada em 2008, que é a questão do uso abusivo de substâncias psicoativas. Sobre o consumo de álcool e outras drogas, 65% usam o cigarro, 56,1% o álcool, 28,9% a maconha, 22,3% a cocaína e 18,9% o crack (SÃO PAULO, 2019). Vale ressaltar que o uso abusivo de álcool e outras drogas isoladamente não se constituem a causa para ida e permanência nas ruas, podendo ser anterior ou posterior.

Assim, a PSR é constituída por inúmeros fatores objetivos e subjetivos, além de possuir especificidades como questões de gênero, raça/cor, idade, deficiências físicas e mentais, impossibilitando apontar um único fator para a constituição desse fenômeno, contudo, o fator preponderante para constituição da PSR é a desigualdade social inerente ao sistema capitalista. Pois, a população em situação de rua é fruto do modo de produção capitalista, que além de gerar desigualdades também cria o que Marx chama de exército industrial de reserva. O qual é constituído por aqueles que são deixados de fora do processo produtivo, mas possuem um papel fundamental nesse modo de produção, que é o de pressionar a população ativa a submeter-se aos altos índices de exploração. Pois, existe o medo de serem substituídos pelo enorme contingente de pessoas do lado de fora, ávidas para serem inseridas nesse processo de exploração, buscando um trabalho formal (SILVA, 2020; TIENGO, 2020).

De acordo com Marx (2010) aqueles que estão desocupados, parcial ou inteiramente, compõem o exército industrial de reserva. Além disso, essa parcela estagnada também é composta pelos que estão inseridos em trabalhos irregulares. Dessa forma, a população em situação de rua é componente dessa reserva industrial, pois se utiliza da informalidade como principal estratégia de sobrevivência (TIENGO, 2021).

Portanto, conclui-se que entre os principais fatores que conduzem ao processo de realização estão: o desemprego e o subemprego; problemas relacionados à saúde mental; problemas com familiares; falta de moradia, entre outros. Sendo todos esses originados no modo de produção capitalista, que gera desigualdade econômica e social. Silva (2020) avalia que a desigualdade social e a pobreza, enquanto condição de vida, aliada a outros fatores subjetivos, forçam as pessoas a procurarem a rua com espaço de sobrevivência. Assim, uma parcela da população brasileira que vive em extrema pobreza e destituída das condições materiais de possuir aquilo que lhe é garantido por direito, padece nas ruas. Pois, em uma sociedade capitalista, regida pela lógica do mercado, tudo tem um preço e aquilo que deveria ser um direito se torna mercadoria.

Desse modo, essa população não tem somente a moradia negada, mas são impossibilitados de acessar uma gama variada de direitos, inclusive aqueles fundamentais abarcados pela Constituição Federal Brasileira, tais como: educação, lazer, saúde, alimentação, entre outros. Na verdade, são lançados a uma condição

de não cidadãos, largados à própria “sorte”, abandonados pelo Estado, submetidos a uma vivência que os expõe à morte de forma contínua.

Todos esses aspectos que compõem o perfil da população em situação de rua fazem com que essas pessoas sejam alvo de ações necropolíticas do Estado Racista, pois essas características são determinantes para escolher as populações que devem morrer e as que devem viver, como veremos a seguir no próximo capítulo.

3 NECROPOLÍTICA

Ao revisitarmos a história da constituição das sociedades é possível perceber como ao longo dos séculos, alguns discursos políticos subsidiaram a morte de milhares de pessoas e dizimaram populações inteiras, sempre sobre o paradigma de um suposto inimigo que deveria ser eliminado para que a sociedade em questão pudesse se desenvolver plenamente. E apropriando-se desse entendimento de que o discurso é um instrumento de poder que tem sido utilizado pelo Estado com o fim de matar determinadas populações é que foi formulado o conceito de necropolítica.

Foi Achille Mbembe, que tomando como ponto de partida os estudos elaborados por Michel Foucault, mais precisamente nos conceitos de Biopoder/Biopolítica que elaborou o conceito de necropolítica. O termo foi apresentado primeiramente em 2003 em um ensaio e posteriormente em sua obra *“Necropolítica”*, de 2011. O autor nasceu na República de Camarões, na cidade de Otélé em 1957. Tornou-se um grande estudioso do pós-colonialismo, obtendo o seu primeiro PHD em História em 1989, pela universidade de Sorbonne em Paris. Posteriormente formou-se em Ciência Política pela mesma universidade. Suas principais áreas de pesquisa estão voltadas para a história da África, pós-colonialismo e ciências políticas e sociais. No entanto, para entendermos melhor a obra de Mbembe, é extremamente relevante a compreensão dos termos apresentados na obra foucaultiana que se tornaram o fundamento para as análises do camaronês.

Foucault ganhou visibilidade ao realizar estudos sobre as estruturas políticas das sociedades ocidentais e o poder. Para o estudioso, o poder está sempre associado a alguma forma de conhecimento emanado de diferentes direções, pessoas e instituições, logo: o poder atua de maneira descentralizada, penetrando

gradualmente em uma rede social abrangente nas quais estão inscritas diversas instituições, como família, escola, hospital e clínica. Podendo ser entendido como um complexo de interações de forças em várias direções (FOUCAULT, 2005).

Em sua análise acerca das relações de poder, que Foucault chamaria de Microfísica do Poder, o filósofo francês se debruçou sobre um tipo de tecnologia que emergia na Europa a partir do século XVII. Esse poder se voltava ao indivíduo, a disciplinarização do corpo de uma nascente classe que migrava da condição feudal para o emergente modo de produção capitalista. Dessa maneira, a atenção ao corpo era necessária, e isso decorria das diferentes técnicas de disciplinamento do corpo. Paralelo a isso, foi se imiscuindo outra economia do poder a partir do século XVIII, essa voltada a população, ao controle dos grupos por meio das estatísticas, informação sobre natalidade e mortalidade, entre outros. Ou seja, a disciplina preparou o corpo e a biopolítica, o solo onde o modo de produção capitalista se desenvolveria. Produção de riqueza material por meio do controle e disciplinarização do corpo e das populações por meio de relações de poder distintas (FOUCAULT, 2008).

De acordo com Foucault é necessário ter o controle de técnicas e instrumentos no campo do saber para subsidiar e fortalecer escolhas, ações ou decisões que controlam várias pessoas, como forma de justificar e afirmar tais decisões. Desse modo, é possível viabilizar inúmeras práticas de organização social, tais como os direitos e deveres societários. Entretanto, para o referido autor, os Estados passaram a se utilizar desse aparato igualmente para práticas intransigentes de segregação, vigilância, controle dos corpos e inclusive das nossas vontades. Desse modo, Foucault compreende que o discurso associado ao poder e ao saber se torna um objeto de estudo infundável.

Assim, visando desvelar o motivo para determinados discursos serem aceitos como verdade e outros não, entender como eles são produzidos e como impactam sobre a sociedade, Foucault elabora os conceitos de biopolítica/biopoder, os quais são muito caros para a obra de Mbembe. De forma sintetizada, Foucault, entende que a biopolítica é o poder que regula grandes populações ou conjunto de indivíduos, diferentemente das práticas disciplinares utilizadas anteriormente que visavam o governo do indivíduo.

[...] São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos, [...], constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle da biopolítica. É nesse momento, em todo caso, que se lança mão da medição estatística desses fenômenos com as primeiras demografias [...]. (FOUCAULT, 2005, p.290).

O *biopoder/biopolítica* está relacionado aos “dispositivos” e tecnologias de poder que regem e controlam as populações por meio de técnicas, conhecimentos e instituições.

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto do seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como as instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operam, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. (FOUCAULT, 2006, p. 153-154).

Desse modo, a biopolítica/biopoder se apresenta, essencialmente, por meio de mecanismos de produção e manutenção da vida, nas quais os sujeitos, a partir das tecnologias de gestão do corpo adquiridas por meio do treinamento social no decorrer de sua vida, são conformados para que sigam um modo de vida preestabelecido, aprimorando habilidades para que se encaixem em um sistema social pautado na produção e manutenção do capital. Contudo, aquelas vidas que não se adéquam aos moldes exigidos por essa sociedade capitalista, são deixadas para morrer.

[...] a biopolítica é uma tecnologia de governo que “faz viver” aqueles grupos populacionais que melhor se adaptam ao perfil de produção necessitado pelo Estado capitalista e, ao contrário, “deixa morrer” aos que não servem

para fomentar o trabalho produtivo, o desenvolvimento econômico e a modernização. (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 157 *apud* BARROS, 2018, p.3).

Assim, emerge-se um paradoxo dentro das sociedades modernas, pois como se pode justificar o fato de um Estado que tem como função principal a gestão da vida, deixar à mercê da morte alguns sujeitos ou até mesmo populações inteiras? Para Foucault, essa controvérsia só pode ser justificada por meio do Racismo de Estado.

Foucault argumenta que o poder estatal e racismo passaram a ter uma relação muito estreita na Modernidade. Pois, é na raça que o Estado localiza um dispositivo potente capaz de estimular e conduzir o exercício do poder, tendo como meta a purificação do corpo social. Assim, “o racismo está ligado ao funcionamento de um Estado obrigado a se servir da raça, da eliminação das raças e da purificação da raça, para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2005, p. 309).

O racismo é formado nesse âmbito (o racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política da população, da família, do matrimônio, da educação, da hierarquização social e da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde e da vida cotidiana receberam então sua cor e sua justificação da preocupação mítica por proteger a pureza de sangue e de fazer triunfar a raça. (FOUCAULT, 2006, p. 162-163).

Desse modo, um racismo biológico que perpassa de modo permanente o corpo social passa a utilizar “discursos biológico-racistas sobre a degeneração” fazendo funcionar um conjunto de instituições dentro do corpo social pautadas pelo princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade (FOUCAULT, 2005). No entanto, embora o pensamento de Foucault tenha sido extremamente relevante para compreendermos a dinâmica do poder no mundo moderno, para Achille Mbembe esse pensamento ficou restrito ao mundo europeu e não contemplou a dinâmica do poder em outras regiões, ignorando fenômenos ocorridos fora dessa visão desde o imperialismo colonial.

Para o filósofo camaronês as discussões realizadas, até então por Foucault, foram insuficientes para abranger todos os atos realizados na contemporaneidade oriundos das novas formas de vida e de como o poder vem sendo demonstrado. O autor compreende que o ideário de eliminação dos inimigos do Estado esteve relacionado ao período escravocrata e encontrou desdobramentos e formas distintas

de constituição no evoluir do modo de produção capitalista até a contemporaneidade.

Dessa forma, o filósofo realiza um esforço para superar as barreiras e limites do pensamento de Foucault, rompendo com o eurocentrismo e realiza análises que partem da manifestação do poder a partir dos países colonizados e da escravidão, relacionando estes com o estado de exceção e de sítio. Para o autor a escravidão pode ser considerada umas das primeiras instâncias de experimentação biopolítica que foi operada por meio do terror e na qual tem expressa em sua estrutura a figura do estado de exceção (MBEMBE, 2018), onde o escravo tem retirado o seu lar, os direitos sobre seu corpo e seu status político. Essa perda tripla corresponde “a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social” constituindo assim uma espécie de morte em vida (MBEMBE, 2018).

Para Mbembe, os Estados usam seu poder e discurso para criar zonas de morte, criando uma estrutura de destruição, como zonas isoladas onde é imposto o estado de emergência. O filósofo destaca exemplos modernos como os acontecimentos em torno de Kosovo, Palestina e África. Nessas zonas, a morte se torna o exercício máximo de domínio. O autor observa que as vítimas nessas áreas são grupos cuja definição passa por processos de biologização da vida que contribuem ao racismo de Estado, que geralmente são selecionados com base no racismo.

Mbembe utiliza o também filósofo Giorgio Agamben, para explicar que a dinâmica desse discurso se dá pela apresentação de um suposto inimigo (por vezes fictício) e a necessidade de sua aniquilação, reforçando o discurso de que com suas mortes, não haverá mais violência. Assim, matar as pessoas desse grupo passa a ser aceito como um mecanismo de segurança e, portanto, aceitável. Com isso, o discurso de inimizade promovido por um “estado de exceção”, no qual se instaura uma emergência fictícia de um suposto inimigo, se torna fundamento para a justificação do extermínio de determinadas populações.

Desse modo, o filósofo e historiador afirma que o poder que é exercido pelos Estados na atualidade não é produtor da vida, mas sim da morte. Portanto, Mbembe compreende que essa gestão da morte se trata de uma Necropolítica, ou seja, um poder que dita quem pode viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2018). Logo, o “deixar morrer” se torna aceitável sob a égide do biopoder e suas tecnologias de controle populacional, porém não a todos os corpos, mas somente para aqueles que

estão em perigo contínuo de morte por causa dos parâmetros originários que definem a raça, compreendendo que a raça aqui não tem um sentido apenas biológico, mas também biologizante. Pois, se constituem por diferentes raças e origens, mas são fundamentalmente delimitados por uma questão socioeconômica dentro do modo de produção capitalista.

Assim, esse perigo de morte passa pela exposição deliberada desses corpos pelo Estado à própria morte. Por serem consideradas raças mais fracas, sua exposição à morte e seu extermínio é um requisito para o fortalecimento da raça superior no interior do Estado. Para o filósofo camaronês o racismo de Estado é quem regula e distribui as mortes, tornando possíveis as ações e funções do Estado para promoção da morte, além de ditar quais tecnologias de morte serão empregadas. Assim, na necropolítica, o poder incide sobre uma série de medidas que produzem a morte e as condições para tal, tendo o racismo como orientador. Para o racismo, o corpo matável é aquele que não produz e não se conforma às exigências de uma sociedade capitalista.

Quando se fala sobre racismo, é impossível não revisitarmos a história escravocrata brasileira e todo o processo de eugenia que foi implantado no período pós-abolição, que basilar as estruturas racistas e patriarcais que produziram e ainda produzem relações sociais desiguais. Mbembe defende que a escravidão foi uma expressão necropolítica, que negou aos negros a humanidade. A própria concepção de humanidade emergente na pós-revolução francesa de 1789 era impregnada de racismo, visto que os valores republicanos apregoados por essa - Liberdade, Igualdade, Fraternidade - foram sumariamente negados aos povos colonizados nos séculos seguintes. Um exemplo contundente disso que temos em nosso continente é o intento da revolução haitiana após a revolução francesa. Essa foi rechaçada pela nascente república francesa, visando assegurar a continuidade de sua dominação colonial sobre o território americano e o povo africano sequestrado e escravizado. O nascimento da humanidade, conforme história do nascimento dos direitos fundamentais, é toda ela perpassada de racismo.

Para Mbembe (2018) a condição de escravo resulta em uma tripla perda: perda de um lar, perda de direitos sobre o seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda corresponde a uma dominação completa, alienação da nascença e morte social (MBEMBE, 2018). Essa tripla perda retrata perfeitamente a população em situação de rua, a começar pela perda do lar, que é a condição material precípua

para se estar em situação de rua. Portanto, o corpo matável é, sobretudo negro, mas não somente, pois quanto mais desinteressante for um determinado grupo ao Capital, seja em classe, raça ou gênero, maior será o desequilíbrio entre o poder da vida e da morte.

Portanto, de forma sintética, a necropolítica se preocupa com a gestão da morte pelo Estado, permitindo escolhas arbitrárias entre a morte e a vida, utilizando-se da ótica capitalista que objetiva o lucro, ou seja, a vantagem econômica que esse sujeito produz para a máquina estatal. Dessa forma, esse poder de permitir a morte é expresso para aqueles que vivem nas ruas. Uma vez que, segundo esta lógica, esse grupo populacional não traz lucros, com isso justifica-se a invisibilidade e marginalização dessa população. Ou seja, esse poder de permitir a morte encontra parte de sua expressão em um segmento emergente na sociedade capitalista contemporânea: a população em situação de rua.

3.1 MORTE SOCIAL

Quando pensamos no fenômeno população em situação de rua é possível analisar como esse discurso necropolítico afeta diretamente essas pessoas, perpassando sobre todas as esferas de suas vidas e gerando a sua morte social. Pois, diante da vulnerabilidade social a que estão expostos cotidianamente, essa população enfrenta várias violências e violações. De acordo com Casini (2021) a necropolítica se concretiza nas ruas por meio de uma série de ações, algumas muito conhecidas como:

[...]experiências de compra de passagens pelo poder público para que as pessoas em situação de rua possam “ir embora” da cidade, remoções dessas pessoas de alguns espaços enquanto parte dos projetos de revitalização de espaços públicos e estratégias urbanísticas para tornar a cidade “mais limpa, segura e bela”. Há ainda aquelas que operam por dentro das políticas públicas, como estabelecimento de critérios, prazos e rotinas disciplinares para abrigamento e permanência em instituições conhecidas como “albergues”, critérios para distribuição de passagens a fim de evitar que essas pessoas retornem para a cidade e a negação da existência de pessoas em situação de rua, a qual pode ser percebida através das propagandas da cidade que a vendem como uma das melhores para se viver no país, como lugar limpo, harmonioso, organizado, rico, sem conflitos de classes e com grande oferta de empregos. (CASINI, 2021, p.26).

Essas, e outras estratégias e práticas, explicitam o pano de fundo de uma violência institucional tendenciosa e quando não racional, com a intencionalidade de atingir a população de rua. Pois, não consideram a “identidade” daqueles que vivem em situação de rua e negam a sua existência, colocando essas pessoas em um estado de miséria material e social, privadas de condições objetivas, lançando-as a uma terrível existência que Mbembe conceitua de “mortos-vivos”.

Diante do exposto, as noções de necropolítica permitem compreender as formas pelas quais, no mundo contemporâneo, os Estados, adotam em suas estruturas a política da morte – com o uso ilegítimo da força por meio de seu aparato policial ou a política de inimizade em relação a determinados grupos, entre os quais está a população em situação de rua. A partir dessa compreensão, é possível analisar como o Estado brasileiro opera no âmbito do poder necropolítico, omitindo-se na criação de políticas públicas que sejam realmente afetivas e atuando na contramão de dispositivos legais já existentes, buscando expor à morte por meio de ações e omissões a população em situação de rua.

4 CENTRO POP

Assim como qualquer outro cidadão, as pessoas que vivem em situação de rua têm o direito de serem atendidas em qualquer órgão público, no entanto como já apresentado essa construção de direitos se deu após anos de lutas e é marcada de avanços e retrocessos. Nesse sentido, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, é fruto dessas lutas e um grande avanço no que diz respeito ao atendimento da população em situação de rua. Trata-se de uma unidade pública e estatal referenciada na Proteção Social Especial de Média Complexidade e constituída segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

O Centro POP é voltado exclusivamente para à população em situação de rua, podendo ser jovens, adultos, idosos e famílias. Nesse espaço é oferecido obrigatoriamente o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e pode também proporcionar o Serviço Especializado em Abordagem Social. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais o principal trabalho social

ofertado pelo Serviço Especializado para População em situação de rua se constitui em:

Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; referência e contrarreferência; orientação e suporte para acesso à documentação pessoal; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; elaboração de relatórios e/ou prontuários. (BRASIL, 2009c, p.29)

Desse modo, objetiva por meio desse trabalho assegurar atividades que possam desenvolver sociabilidade, possibilitar o resgate, fortalecimento e construção de vínculos familiares e comunitários, visando à saída gradativa dessas pessoas da situação de rua. Contudo, ao analisarmos a realidade desse equipamento, percebe-se que infelizmente ele não tem atingido os seus objetivos. Porque aquilo que está preconizado nos dispositivos legais não tem se concretizado devido à falta de interesse político dos gestores, sejam eles municipais, estaduais ou federais. Pois, como já vimos, o Estado tem a intenção de erradicar essa população, seja por meio da ação ou omissão, e, portanto, precarizar os serviços existentes que atuam junto à essa população, faz parte de uma estratégia necropolítica. Com isso, os Centros Pop que deveriam ser ferramentas essenciais de resgate social, tornam-se espaços meramente de subsistência das pessoas que vivem em situação de rua.

O Centro Pop, foi inicialmente idealizado para ser um espaço em que a PSR recebe uma acolhida especializada e escuta qualificada, com o intuito de identificar as demandas e especificidades de cada usuário e, posteriormente, realizar os encaminhamentos necessários. No qual, os profissionais que atuam nesse serviço devem ter habilidade de se articular com serviços e equipamentos dentro da própria política de Assistência Social, também com outras políticas públicas, tendo em vista a realidade multifacetada dessa população.

Porém, essa articulação com outras políticas públicas tem se demonstrado insuficientes e inoperantes, considerando que a população em situação de rua não é considerada alvo de políticas públicas como: cultura, esporte, lazer, moradia, trabalho e renda. Dessa forma, a população em situação de rua é comumente

atendida por políticas com pouca ou nenhuma efetividade, como destacam Silva e Costa (2015, p.119):

[...] particularmente na esfera de governo federal, as costumeiras estratégias e programas pautados no isolacionismo, punitivismo, penalização e repressão contra a população em situação de rua continuam dando o tom em cenários saturados por políticas fragmentárias, ineficazes e onde predomina a subsetorialidade e a transferência das responsabilidades do Estado para organizações do Terceiro Setor por meio de convênios e parcerias público-privadas.

Logo, aquilo que é primordial para a construção de respostas efetivas às demandas da PSR não se concretiza e torna sem efetividade qualquer possibilidade de superação da situação de rua. Pois é somente por meio dessa intersectorialidade e articulação, que se viabiliza e efetiva o acesso dessas pessoas a outros direitos e serviços públicos. No entanto, o Centro Pop ainda é um espaço fundamental para o atendimento desse público em suas mais variadas demandas e se constitui em uma das principais portas de entrada da PSR para o acesso de seus direitos, ainda que haja barreiras a serem suplantadas. Pois é nesse espaço que muitas pessoas que vivem em situação de rua conseguem pela primeira vez se verem enquanto cidadãos de direito.

Desse modo, a ampliação no número de Centros Pop em toda o território brasileiro é de suma importância, principalmente diante do acirramento da pobreza que tem levado várias pessoas à condição de rua. Porém, seguindo a lógica necropolítica do Estado brasileiro entre os anos 2015 e 2019o que ocorreu foi a diminuição dessas unidades públicas. Pois de acordo com dados do Censo SUAS 2015, no ano de 2015 existiam 235 Centros Pop no território brasileiro (BRASIL, 2016). Já, de acordo com os dados do Censo SUAS 2020, esse número havia caído para 228 Centros Pop, distribuídos pelos estados da federação em 2019 (BRASIL, 2020). Este dado aponta para atuação necropolítica do Estado junto a população em situação de rua, que mesmo diante do crescimento desta população que saltou de 101.854 pessoas vivendo em situação de rua no país no ano de 2016 para o alarmante número de 222 mil pessoas em situação de rua em 2020, de acordo com estimativas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (NATALINO, 2016; 2020).

Mais recente, em dezembro de 2022 o IPEA realizou uma nova estimativa, no qual apontou que a população em situação de rua havia crescido 38% entre os

anos de 2019 e 2022, chegando a 281.472 pessoas vivendo nas ruas, revelando o impacto da pandemia da Covid-19 sobre essa população (NATALINO, 2023). Esse pico de crescimento levou alguns municípios a implantarem novos Centros Pop, assim em 2022, havia 246 equipamentos espalhados pelo território nacional, conforme apontou último diagnóstico sobre a população em situação de rua publicado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (BRASIL, 2023a).

O diagnóstico também apontou que a região do Paraná teve aproximadamente 47 mil atendimentos oferecidos as pessoas vivendo em situação de rua, desses cerca de 13 mil foram realizados pelos Centros Pop da capital (BRASIL, 2023a). De acordo com o Censo Suas 2022 o estado do Paraná conta com um total de 18 Centros Pop, que estão distribuídos nas respectivas cidades: Apucarana, Arapongas, Araucária, Campo Largo, Cascavel, Colombo, Curitiba (3), Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Paranaguá, Piraquara, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Umuarama (BRASIL, 2023b). Vale ressaltar que a capital paranaense contava com 6 Centros Pop (BRASIL, 2019). O fechamento de três locais de atendimento em um período de exponencial crescimento dessa população, revela uma das táticas necropolíticas, para expulsão dessa população dos grandes centros urbanos, forçando sua ida para regiões mais periféricas, tais como as regiões metropolitanas.

Desse modo, devido ao recorte da pesquisa, na sequência será mais bem detalhada a atuação do Centro Pop do município de Fazenda Rio Grande-PR, que fica situado na região metropolitana de Curitiba.

4.1 CENTRO POP DE FAZENDA RIO GRANDE E SUAS ESPECIFICIDADES

O Centro Pop de Fazenda Rio Grande foi inaugurado em maio de 2015. Desde a sua abertura até o fim de 2022 haviam passado pelo serviço 1.424 pessoas que se encontravam em situação de rua no município. Vale destacar que muitas dessas pessoas estavam momentaneamente em situação de rua, tais como mulheres vítimas de violência que deixaram as suas casas, migrantes que estavam apenas de passagem pelo município, famílias que perderam condições de pagar por aluguéis e pessoas com conflitos familiares.

Na ocasião da abertura do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, a equipe de trabalho inicial foi composta por: 01

coordenadora que também atuava como assistente social; 02 auxiliares de serviços gerais que atuavam no preparo das refeições e também na limpeza do espaço físico; 01 auxiliar administrativo; 01 motorista; 02 educadores sociais e 04 cuidadores sociais que trabalhavam em regime de escala, sendo que nesse período funcionava no mesmo espaço o Abrigo Institucional para População em Situação de rua e esses cuidadores atuavam nos dois serviços de simultaneamente.

Essa configuração de trabalhadores mudou por várias vezes ao longo dos anos, de acordo com a vontade dos gestores municipais e sem levar em consideração a demanda de trabalho exigida no âmbito da atuação profissional dos servidores lotados no equipamento. Vale destacar, que apesar dessas mudanças na composição das equipes ao longo destes oito anos do serviço, o Centro Pop de Fazenda Rio Grande nunca se adequou ao que está estabelecido no Caderno de Orientações Técnicas do MDS, o qual sugere uma equipe mínima para o atendimento de até 80 casos mensais, conforme explicitado no Quadro 1.

Quadro 1 – Equipe mínima sugerida para o Centro Pop

Fonte: Brasil (2017)

Desde a sua a sua inauguração até o fim de 2022 é possível perceber o crescimento numérico das pessoas que buscam atendimento no equipamento, conforme aponta a Tabela 1 abaixo, que estabelece a quantidade de novas pessoas acessando o serviço pela primeira vez:

Tabela 1 - Novos usuários cadastrados no Centro Pop Sebastiana Martins

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Quant.	99	171	138	166	152	205	221	272

Fonte: O Autor (2023)

Diante desse crescimento anual de novos usuários acessando o serviço, a opção mais lógica seria a ampliação do serviço bem como da equipe de trabalhadores. Contudo, seguindo a lógica necropolítica do Estado o Centro Pop Sebastiana Martins sofre com a falta de equipe mínima adequada para atuar de forma qualificada junto à população que demanda de atendimento. Pois, atualmente a equipe do Centro Pop é constituída por: 01 coordenadora, 01 assistente social, 01 psicólogo, 03 cuidadoras sociais, 01 auxiliar administrativo, 02 cozinheiras, 01 motorista e 01 auxiliar de serviços gerais. Esse quantitativo de trabalhadores está bem aquém do que seria necessário, pois a média diária de usuários que passam pelo serviço é de 40 pessoas, enquanto a média de casos mensais tem superado a casa dos 100 e a média de atendimentos mensais está em torno de 2.500.

Contudo, mesmo com a ação necropolítica do Estado junto a esse equipamento, os trabalhadores lotados no Centro Pop Sebastiana Martins, buscam oferecer o melhor atendimento possível, buscando minimizar as barreiras e dificuldades impostas à atuação desses profissionais. Os principais atendimentos ofertados são: banho; refeições; doação de roupas e calçados; fornecimento de passagem para retorno familiar; encaminhamento para saúde, tanto para tratamento de uso abusivo de álcool e outras drogas, assim como para outras demandas de saúde; fortalecimento de vínculos familiares; provisão de documentação civil; guarda de pertences; inclusão no Cadastro Único; encaminhamento para abrigo institucional; encaminhamento para vagas de emprego e cursos (quando disponíveis para o público); endereço institucional como referência; busca e contato com familiares.

Outro ponto de atenção, que evidência a atuação necropolítica com a intenção de precarizar o atendimento dado a população em situação de rua, está relacionado a estrutura física do espaço destinado ao Centro Pop de Fazenda Rio Grande, o qual não está adequado ao estabelecido nas normativas do Serviço, conforme consta no Quadro 2. Pois, se trata de uma residência alugada que foi minimamente reformada para que o serviço pudesse ser ofertado. Contudo, o espaço não comporta de forma apropriada o número diário de usuários que utilizam

o serviço, gerando inúmeros transtornos, principalmente na hora das refeições, pois o espaço do refeitório foi adaptado, uma vez que antes se tratava de uma garagem.

A utilização dos banheiros também gera muitos problemas, pois o equipamento dispõe apenas de dois banheiros para uso comum dos usuários (ambos não adaptados para pessoas com deficiência) e não faz distinção entre masculino e feminino, pois seria inviável considerando que a maior parte do público atendido é do gênero masculino. Os dois banheiros têm chuveiro, no entanto para o banho é liberado apenas um banheiro, pois o outro deve estar livre para as necessidades fisiológicas dos usuários, isso gera com frequência muitos conflitos entre os próprios usuários, além da necessidade de fila para o banho.

Também não existe um local apropriado para o convívio dos usuários, onde eles possam socializar e realizar atividades coletivas, pois o único espaço disponível fica ao lado das salas dos técnicos e da coordenação e a interação entre os usuários acaba atrapalhando as atividades que estão sendo realizadas, devido ao barulho gerado. Além disso, não existe um espaço individualizado para a guarda de pertences, nesse sentido os usuários são obrigados a compartilhar os armários, situação que normalmente gera conflitos entre eles.

Quadro 2 – Infraestrutura Física do Centro Pop

- Recepção e acolhida inicial;
- Sala para atividades referentes à coordenação, reunião de equipe e/ou atividades administrativas;
- Sala de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos;
- Salas e outros espaços para atividades coletivas com os usuários, socialização e convívio;
- Copa/cozinha;
- Higiene pessoal (banheiros individualizados com chuveiros, inclusive);
- Banheiros masculinos e femininos com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Lavanderia com espaço para secagem de roupas;
- Refeitório;
- Guarda de pertences, com armários individualizados.

Fonte: Brasil (2017)

Esses são apenas alguns dos problemas relacionados à infraestrutura do equipamento que apontam para falta de interesse do Estado e para sua atuação necropolítica, mas um dos maiores problemas encontrados no Centro Pop de Fazenda Rio Grande está relacionado a intersectorialidade e a dificuldades de realizar encaminhamentos e a garantir acesso as demais políticas públicas existentes no município.

Pode-se apontar como um dos maiores empecilhos para inclusão da população em situação de rua do município de Fazenda Rio Grande na pauta de outras políticas públicas que não sejam a Assistência Social e Saúde a inexistência do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua – CIAMP/Rua em âmbito municipal, pois por meio do CIAMP é possível fortalecer os debates entre as demais políticas públicas buscando incluir a população em situação de rua. No entanto, essa inexistência retrata a intencionalidade do Estado de não promover o acesso aos direitos já garantidos à população em situação de rua e de mantê-la em uma condição de extrema vulnerabilidade social.

Dessa forma a população em situação de rua que acessa o Centro Pop de Fazenda Rio Grande acaba por receber um atendimento superficial e meramente paliativo, atendendo apenas as demandas mais emergências que estão relacionadas à alimentação, higiene e documentação civil. Com isso, o equipamento acaba propiciando apenas a subsistência dessas pessoas na rua, pois infelizmente não existe uma infraestrutura adequada e nem políticas intersectoriais que possibilitem de fato a superação da situação de rua.

Vale ressaltar que a crítica aqui realizada não tem relação com os profissionais que atuam no Centro Pop de Fazenda Rio Grande, uma vez que esses se desdobram para atender da melhor forma possível a população em situação de rua que acessa o serviço, mesmo com todas as dificuldades que foram apontadas. Mas diante da ação necropolítica do Estado, as trincheiras colocadas para criar as zonas de morte parecem se tornar intransponíveis.

5 METODOLOGIA

Assim, diante da análise de todas as violações de direito que a população em situação de rua é exposta e da atuação necropolítica do Estado visando o

extermínio real e simbólico dessas vidas, buscou-se compreender como as vidas das pessoas em situação de rua são diretamente impactadas pela necropolítica. Desse modo, conforme indica Minayo (2015), o método consiste no uso de instrumentos e técnicas para percorrer o caminho da pesquisa, que por sua vez é a busca de respostas a uma indagação.

Para esta pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, que segundo Martinelli (1999, p. 23), tem como um dos objetivos “mostrar de forma clara, o pensamento dos sujeitos a respeito do assunto que está sendo pesquisado. Buscando compreender o fenômeno a partir das experiências de quem a vivência (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013) e nos aproximando da realidade e envolvendo significados, crenças e valores, ou seja, a subjetividade dos participantes (MINAYO, 2015).

Para a fundamentação teórica que embasou a pesquisa, foram realizadas leituras de artigos científicos, periódicos, livros e materiais disponibilizados virtualmente, compondo a pesquisa bibliográfica. Assim como foi utilizada a pesquisa documental por meio de informações sistematizadas pela equipe do Centro Pop de Fazenda Rio Grande. Para coleta de dados optou-se por se utilizar a entrevista semiestruturada com perguntas geradoras, pois pretendeu-se por meio da conversa e troca de informações, obter respostas sobre o problema apontado (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Segundo Minayo (2015), a entrevista semiestruturada nos permite trabalhar com questões abertas e fechadas e o entrevistado pode responder livremente, sem se prender ao roteiro, de tal modo que o entrevistador pode ter acesso a histórias de vida contendo, além de crenças e valores, opiniões, sentimentos, condutas, projeções futuras, comportamentos, entre outros.

As entrevistas foram gravadas e transcritas. As transcrições foram realizadas pela própria entrevistadora, preocupando-se em transcrever de forma íntegra o discurso dos entrevistados. Desse modo, é importante salientar, que embora o uso da ortografia formal facilite a leitura, optou-se pela transcrição literal das falas, com todos os seus “erros” de português e suas onomatopeias, buscando expor com fidelidade as falas dos entrevistados. Compreendendo que “não há transcrição perfeita, no sentido de uma transcrição que possa recapturar inteiramente a experiência de se estar na situação original”, (GARCEZ; BULLA; LODER, 2014, p. 267). No entanto, existe o compromisso do pesquisador em tentar

explicitar da melhor forma possível o momento da entrevista. Assim, deseja-se que os recortes selecionados possam ser claros e exprimirem um pouco do sentimento que carregam.

5.1 PARTICIPANTES E CAMPO DA PESQUISA

Optou-se por realizarmos a entrevista com 05 pessoas em situação de rua com mais de 18 anos de idade e no mínimo há 1 ano vivendo em condição de rua. Outro critério adotado para escolha dos entrevistados foi de estarem em atendimento no Centro Pop Sebastiana.

O contato com os entrevistados foi facilitado pelo fato de a pesquisadora já atuar no Campo, como cuidadora social. Os entrevistados foram abordados de forma individual e em dias diferentes. Na ocasião foi explicado os objetivos da pesquisa e garantido o sigilo dos participantes. Todos demonstraram interesse em participar voluntariamente e somente após esse aceite verbal é que foram agendadas as entrevistas.

As entrevistas foram realizadas no espaço do Centro Pop Sebastiana Martins, sendo três dela na sala da coordenadora, quando essa não estava em uso, uma na sala da recepção/acolhida quando também não havia atendimento e uma feita no ambiente externo do equipamento, quando esse se encontrava trabalhando de portões fechados devido a um incidente de violência ocorrido. As entrevistas ocorreram em dias alternados, durante o mês de julho de 2023 e apenas depois de firmado termo de consentimento livre esclarecido, foram realizadas as entrevistas.

Para garantir o anonimato dos participantes, optou-se por denominar cada um deles com as cores da Coleta Seletiva, considerando que a maioria dos entrevistados tem estreita ligação com o trabalho de coleta de materiais recicláveis, além da relação histórica que a população em situação de rua tem com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Sendo, também uma forma de reconhecer a luta diária dessa população para se alcançar o mínimo, que em uma sociedade despossuída de cor, nem sempre é valorizada, mas é frequentemente descartada.

5.2 CONHECENDO OS PARTICIPANTES

Não existe uma pessoa sequer que não tenha uma história de vida. E as pessoas em situação de rua têm as suas para contar. Dessa forma, contradizendo o senso comum que diz: “as pessoas estão na rua porque querem”, os relatos da história de vida dos entrevistados demonstram algo diferente, não se fica em situação de rua exclusivamente por vontade própria. A seguir, seguem os relatos de cada um, respeitando à história de cada um.

Verde, mãe de três meninas, teve dois casamentos o primeiro acabou por conta e uma traição, o segundo pouco antes de ir para ruas. Relata que era infeliz no casamento, pois seu companheiro não trabalhava fora e nem a auxiliava com os afazeres domésticos. Trabalhava sozinha puxando carrinho de materiais recicláveis todo o dia, enquanto seu companheiro ficava em casa só mexendo no celular e jogando. No trabalho como carrinheira conheceu uma outra pessoa que se encontrava em situação de rua. Indignada com a sua realidade decidiu dar fim ao seu relacionamento e sem ter para onde ir, acabou ficando em situação de rua. Porém, continua trabalhando com reciclagem e sempre vai ver as filhas e dá dinheiro para atender as necessidades delas. Tem como objetivo conseguir um trabalho formal, apesar da dificuldade, pois antes trabalhava de zeladora, com orgulho relembra que trabalha desde os 16 anos. Ela sonha com uma casa onde irá morar com as suas filhas.

Laranja, vivia com a sua mãe, mas devido ao uso de drogas sua mãe a mandou embora, depois disso viveu alguns meses na casa de familiares e amigos, porém quando sua mãe quis forçá-la se internar ela fugiu para outra cidade e acabou em situação de rua e na rua acabou sofrendo várias violências e se entregando ainda mais ao uso das drogas como estratégia de sobreviver nas ruas. Na rua ela se envolveu com o tráfico de drogas e acabou sendo presa. Após a sua saída conheceu uma pessoa com a qual está se relacionando e conta que desde então está se mantendo longe das drogas. Procura trabalhar vendendo balinhas no sinaleiro para se manter e sonha em breve em ter a sua casa e seu carro.

Vermelho, foi criado pela avó desde a sua infância até os 15 anos, após a morte da avó, passou um período morando com a sua mãe e outro com o seu pai. Ainda na adolescência começou a trabalhar em um lava-car, mas conta que devido há algumas escolhas e atitudes ele chegou na condição de rua. Relata que devido ao uso abusivo de drogas passou a praticar pequenos furtos, roubando até mesmo seus familiares mais próximos, causando o distanciamento de sua família. Sem o

apoio familiar viver nas ruas foi o seu único refúgio. Na rua, além da coleta de materiais recicláveis, o trabalho como cuidador de carros também é uma fonte de renda para ele. Seu maior desejo é ter um trabalho registrado, uma casa e voltar a conviver com a sua família, principalmente a sua mãe.

Amarelo, sempre viveu sozinho, nunca quis se casar e sempre manteve um relacionamento distante de seus familiares. Antes de ficar em situação de rua trabalhava como vigia e de frentista. Conta que tinha uma casa que era financiada e uma moto, porém após se envolver em uma confusão e ferir com uma faca uma outra pessoa, ficou com medo de retaliação e vendeu tudo que tinha para fugir. Relata que ele ficou consumido pela vergonha do seu ato que acabou gastando todo o dinheiro “à toa” até ficar sem nada e acabar na rua. Conta que na rua ele se entregou ao álcool e aprendeu a “manguear”, ou seja, a pedir e, desde então, ele tem vivido assim, sem esperanças de sair dessa situação. Amarelo diz não ter mais sonhos e que vive um dia de cada vez, depois disso “tanto faz”.

Azul, viveu fora do Brasil por cerca de 17 anos, quando retornou acreditava que teria uma casa para morar, mas relata que teve um choque com a sua família, pois eles haviam vendido a herança que era do seu pai e ela ficou sem nada. Depois disso ela se distanciou da família e passou a viver sozinha, foi morar em uma kitnet de aluguel e trabalhava como cozinheira, mas devido a depressão começou abusar do álcool. Depressão essa decorrente do falecimento de uma de suas filhas, que ocorreu quando ela ainda morava fora do Brasil. Azul conta que sua ida para as ruas ocorreu depois dela começar a se relacionar com um homem que também fazia uso abusivo de álcool. Após conhecê-lo ela foi viver em uma chácara, onde os dois trabalhavam como caseiro, mas devido ao alcoolismo de ambos, eles foram demitidos e o pouco de dinheiro que tinham acabou em alguns dias, e eles ficaram em situação de rua. Na rua, ela sofreu violência sendo espancada pelo seu companheiro, além de passar frio e fome, contudo apesar do relacionamento abusivo, só recentemente ela conseguiu se afastar de seu agressor. No entanto, Azul foi diagnosticada com câncer de mama. A doença a aproximou mais uma vez de sua família e ela foi morar com a mãe, contudo a depressão e a dependência química levaram ela novamente à condição de rua e em um estado ainda mais vulnerável. Agora sem ter condições de trabalhar, Azul pretende dar prioridade à sua saúde, realizar o seu tratamento e vencer o câncer. E tem o sonho de realizar-se profissionalmente se tornando uma “master-chefe”.

Na Tabela 2, buscando sintetizar algumas informações importantes, mas sem a intenção de reduzir a história dos participantes, é apresentada uma breve noção do contexto de vida no momento das entrevistas.

Tabela 2 - Caracterização dos Participantes

Participante	Idade	Sexo	Identidade de gênero	Raça/ Cor	Onde dorme	Grau de instrução
Verde	34	Feminino	Cis	Parda	Abrigo	5ª série - Ensino Fundamental
Laranja	24	Masculino	Trans	Parda	Abrigo	2º ano – Ensino Médio
Vermelho	26	Masculino	Cis	Negro	Abrigo	8ª série - Ensino Fundamental
Amarelo	52	Masculino	Cis	Pardo	Na rua	5ª série - Ensino Fundamental
Azul	54	Feminino	Cis	Parda	Abrigo	Ensino Médio completo

Fonte: O Autor (2023)

5.3 ANÁLISE DOS DADOS

Para essa etapa utilizou-se a análise de discurso por meio da metodologia crítica, que segundo Fairclough (1992) é uma abordagem que visa desvelar as relações de poder presentes nos discursos, buscando entender como eles constroem significados e influenciam na hierarquização social.

Nesse tipo de análise, é fundamental considerar o contexto social, político e histórico em que o discurso está inserido, assim como as relações de poder e os interesses envolvidos (VAN DIJK, 2008). Além disso, é necessário investigar as estruturas de dominação presentes no discurso, como ideologias, estereótipos e discursos hegemônicos.

A análise de discurso crítica também pressupõe a identificação das diferentes vozes presentes no discurso, assim como as dispersões e contradições presentes nas diferentes manifestações discursivas (FAIRCLOUGH, 1992). Nesse sentido, como bem salienta Van Dijk (2010) é importante observar como certos grupos são privilegiados ou marginalizados no discurso, e como isso se relaciona com as desigualdades sociais existentes.

Assim, a análise de discurso por meio da metodologia crítica permite uma reflexão mais aprofundada sobre como os discursos constroem e mantêm relações de poder, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos processos de dominação e resistência presentes na sociedade.

Desse modo, a análise de discurso buscou evidenciar por meio dos relatos das trajetórias de vida dessas 5 pessoas em situação de rua, como os mecanismos necropolíticos de poder em suas múltiplas expressões, perpassam pela vida desses sujeitos mesmo antes de estarem de fato em situação de rua. Permitindo assim compreender que, até mesmo os fatores subjetivos que conduzem a situação de rua têm as suas bases na necropolítica, demonstrando a magnitude e a multiplicidade de mecanismos de morte no cotidiano das pessoas que vivem nas ruas.

Para realizar tal análise, após transcrições das entrevistas, foi realizada leitura minuciosa do material de cada participante. Essa leitura demandou tempo, exigiu releituras, permitindo uma maior aproximação das realidades diversas enfrentadas no cotidiano pelas pessoas em situação de rua.

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Reconhecendo a singularidade de cada sujeito que se encontra em situação de rua, buscou-se conhecer a trajetória de vida dos entrevistados, permitindo que esses revelassem por meio do discurso o que vivenciam cotidianamente estando em situação de rua. Para tal, intentou-se privilegiar as condições materiais de vida e a subjetividade, estando os discursos repletos de sentimentos, valores crenças, costumes e práticas sociais comuns e cotidianas. Pois, como revela Heller (2004) é na vida cotidiana que as pessoas realizam suas histórias, no entanto, sempre em condições previamente estabelecidas.

Desse modo, deu-se início as análises, com a compreensão de que as condições dadas para aqueles que vivem em situação de rua, estão constituídas historicamente em um sistema de intensa desigualdade social e racial, com origem nas bases exploratórias do processo de colonização e de escravidão, as quais foram fundantes da sociabilidade brasileira, perpetuando-se e agravando-se na transição para a sociedade Capitalista (SARMENTO, 2020).

6.1 VIDA ANTERIOR A SITUAÇÃO DE RUA

No primeiro momento da pesquisa, buscou-se conhecer como era a vida dos entrevistados antes de ficarem em situação de rua, permitindo que eles retomassem a lembrança de suas vidas anterior à condição de extrema vulnerabilidade a que estão submetidos. Revelando que mesmo antes de estarem em situação de rua já experimentavam uma série de violações e de incidência da ação necropolítica, como denota o relato e “Verde”:

Eu era casada no meu primeiro casamento, eu trabalhava registrada, mas eu fui traída, aconteceu uma situação né. Depois fiquei morando só com a minha filha mais velha que vai fazer agora 16 anos. E agora por último eu fiquei 12 anos com um homem que não trabalhava, não fazia nada. Eu puxava carrinho tudo sozinha...ele só no celular, brincando, conversando, joguinhos, não fazia papel de homem. Até um pouco antes disso aí, 3 anos só que ele trabalhou em uma empresa, lá na Plastilit, depois disso parou, estacionou. E eu usava drogas na época, usava mesmo não minto, eu só parei por causa da minha filha agora que tem 2 anos.

“Verde”. acrescenta que sua vida anterior às ruas era frustrante:

Na verdade, indignação...porque né...uma frustração na verdade, por causa de você estar levando todo dia as coisas pra casa, chegar em casa não ter roupa lavada, estar as coisas...louça, tem que fazer comida ...você puxar carrinho o dia inteiro sozinha, porque antes de conhecer esse companheiro que eu to agora era só essa situação, só chegar em casa e dormir. Daí tinha que acordar de manhã cedo levar a criança pra escola, trazer, correr atrás de chuva e sol, pra levar fralda pra outra. Só uma completa indignação.

O discurso de “Verde” revela condições de desigualdade de gênero e exploração, as quais compreendem táticas necropolíticas. Pois a indignação e frustração expressada com a divisão desigual de tarefas domésticas e financeiras entre ela e seu companheiro, sugere uma divisão de gênero tradicional, na qual a mulher é responsabilizada por prover a sustentação do lar e cuidar das tarefas domésticas, enquanto o homem não assume a sua parte.

Outro ponto importante nesse relato, é a menção do seu trabalho como catadora de recicláveis, evidenciando uma situação de trabalho árduo e pouco remunerado, o qual aponta para exploração econômica vivida por ela e para a falta de oportunidades de trabalho digno e acesso a melhores condições de vida.

Para além disso, é possível perceber o impacto sobre a saúde mental de “Verde”, pois expressa uma vivência de frustração e indignação prévia à situação de

rua. Pois, trabalhar o dia inteiro e assumir sozinha as responsabilidades domésticas, além de lidar com o comportamento negligente de seu companheiro, parecem ter afetado sua saúde mental, resultando em sentimentos de angústia, desesperança e exposição a estresses constantes.

Desse modo, ao mencionar a sua vida anterior a situação de rua, “Verde” revela uma aspiração por uma vida melhor, na qual não precisasse suportar a desigualdade de gênero, a exploração laboral e a falta de apoio emocional. Denotando a falta de oportunidades, recursos e políticas públicas se fazem previamente presentes na vida das pessoas que se encontram em situação de rua.

Já a realidade prévia vivenciada por “Laranja” difere completamente, revelando que sua vida antes da situação de rua, era uma vida de “mordomia”, o que indica que ele desfrutava de um estilo de vida mais confortável e que em algum momento teve acesso a recursos financeiros e à estabilidade necessária para se ter uma vida confortável:

Mordomia, mordomia, eu estudava, fazia academia. Tinha uma rotina normal, não bebia. Aí, foi..foi eu comecei a usar drogas envolvida com namoro né! Primeiro namorado ele já usava química, aí foi onde minha mãe já não queria. A minha mãe sempre me aceitou trans, por drogas a minha mãe já não queria. (LARANJA)

No entanto, essa vida de aparente privilégio não se sustentou, levando “Laranja” a eventualmente viver nas ruas. O discurso aponta para um momento crucial de mudança: o início do uso de drogas, relacionado a um namoro que desencadeou conflitos com a sua mãe. Esse elemento é fundamental para entender a mudança na trajetória de “Laranja” rumo à situação de rua. A narrativa aborda claramente a reação da mãe, que enquanto parecia aceitar a identidade de gênero trans da filha, estava claramente descontente com o uso de drogas. Isso evidencia o estigma social e as consequências familiares que o uso de drogas pode trazer, mesmo quando outras questões identitárias são toleradas ou aceitas.

Podemos perceber por meio da análise dessa situação narrada por “Laranja”, como as implicações socioemocionais podem afetar a trajetória de vida do sujeito, em que o início do uso de substâncias psicoativas – spas e a rejeição da família foram fatores que contribuíram para a situação atual. Portanto, ao considerar a complexidade dessas experienciais se torna evidente que a falta de políticas públicas que ofereçam apoio emocional, tratamento para dependência química e

reintegração social, conduzem essas pessoas até a situação de rua e são evidentes omissões do Estado sob a lógica necropolítica.

Dando sequência aos relatos, a trajetória de “Vermelho” anterior à situação de rua aponta para diversos aspectos importantes tais como: histórico familiar, mudanças de moradia, autorresponsabilidade e tomada de decisão:

Antes, há tempos passados eu trabalhava num lava-car, né. Daí eu morava com a minha mãe. Minha mãe e meu pai são separados desde quando eu nasci e daí no decorrer do que vem passando na vida né, a gente também não é perfeito, né. Aí digamos que de acordo com que eu fui tomando atitudes na minha vida que me levaram assim a ta aqui hoje, né. Que é coisas que todo mundo fala, todo o parente fala, ah isso não é bom pra você, isso não pra você... e é isso, mais ou menos. Eu vivi mais com a minha avó, a minha avó me criou desde pequeno até os 14/15 anos, aí eu fiquei um tempo, depois desse tempo, um tempo com a minha mãe, um tempo com o meu pai. (VERMELHO)

Percebe-se pelo discurso de “Vermelho” um sentimento de culpa, já que ele acredita que foram as suas decisões que o conduziram à situação de rua, demonstrando a internalização do discurso burguês que culpabiliza o indivíduo sem considerar as estruturas sociais que são determinantes para o processo de ida as ruas. Desse modo, é fundamental compreender as influências estruturais e contextuais que impactam na vida de uma pessoa em situação de rua, evitando os estigmas e promovendo uma compreensão empática das complexidades individuais e estruturais. Pois, elementos abordados no discurso de “Vermelho” que apontam para uma instabilidade familiar, falta de suporte emocional e falta de moradia, podem vir a contribuir para falta de recursos e opções disponíveis para essa pessoa na hora de tomar decisões.

“Amarelo” por sua vez, relata que sua vida anterior era solitária, ou seja, longe do convívio familiar, no entanto ressalta que essa era uma escolha pessoal. Relata também que possuía estabilidade financeira, pois sempre teve trabalho formal, relatando conquistas materiais e uma vida independente:

Antes de estar em situação de rua eu era vigia e frentista. Vivi toda a vida sozinho. Nunca casei, já tive companheiras assim em relacionamento curto, mas nunca cheguei... a morar na mesma casa nunca morei, sempre fui sozinho desde os vinte anos. Eu tinha emprego né, eu tinha uma casinha financiada, tinha uma motinha, tinha uma mudancinha, coisinha de pobre, mas tinha. (AMARELO)

A análise do discurso de “Amarelo” aponta para as contradições que permeiam as histórias de vida das pessoas em situação de rua, pois apesar de sua aparente estabilidade financeira e emocional, circunstanciais estruturais e subjetivas podem explicar essa mudança de realidade para atual situação de rua.

A vida anterior à situação de rua de “Azul” assemelhasse a de “Amarelo”, pois, relata também uma relativa estabilidade financeira e trabalho formal, além de uma vida solitária, longe da família devido a conflitos relacionados a interesses financeiros. Relata ainda uma experiência de vida no exterior:

Eu vivi 17 anos nos Estados Unidos, voltei pro Brasil em 2015. Eu sempre fiz a minha vida sozinho, desde quando eu cheguei eu tive um choque com a minha família, porque eles tiraram...quando eu tava lá eu mandei dinheiro e tinha a casa do meu pai e daí essas coisas de família e daí quando eu cheguei aqui eu pensei que eu tinha uma casa pra morar e tudo mais... era no Pinheirinho e daí eles venderam tudo, a minha mãe, a minha família, fizeram aquela venda de gaveta, sabe? Porque ela pensou que eu nunca mais ia voltar dos Estados Unidos, por isso que eu falo que nunca não existe. Eu procurei o cara da casa, ele perguntou se eu queria entrar com um processo, eu falei eu vou botar a minha mãe num processo? Abandonei tudo, abandonei tudo eles e fui viver a minha vida sozinho. Foi aí que eu trabalhei no Babilônia, no Centro Europeu, só trabalhei em lugar bom e vivia sozinho, numa kitnet no Caiuá, morei muitos anos, doze anos no Caiuá, ali. Sempre ali sozinho, assim entendeu? Daí fui levando a minha vida, sempre assim, mas de boa. Mas sempre trabalhando. (AZUL)

As narrativas de “Azul” e “Amarelo” indicam a falta ou fragilidade de vínculos familiares significativos. De acordo com Bauman (2004), na contemporaneidade a sociedade de forma geral apresenta fragilidade em seus relacionamentos interpessoais, gerando assim um sentimento de insegurança, além de levar à sentimentos conflitantes em relação vontade de manter esses vínculos ou não.

Desse modo, diante da fragilidade dos vínculos as pessoas se tornam desnecessárias, por não se ajustarem ou não corresponderem aos padrões de serventia exigidos pela da sociedade capitalista. Assim, quem não consegue prover financeiramente um meio de sobrevivência para si é descartado. Segundo Bauman (2005) na condição de excluído a pessoa passa a ter sentimentos de baixa estima,

perdem o propósito de vida, se sentem indignos e inúteis ao meio social em que vivem (BAUMAN, 2005).

Embora essas duas últimas narrativas mencionem realizações anteriores a situação de rua, é fundamental evitar a criação de estereótipos ou generalizações sobre como as pessoas acabam nas ruas. Pois, cada história de vida carrega as suas especificidades, ou seja, é única e complexa, portanto, não deve ser encarada de maneira simplista.

6.2 MOMENTO DE RUPTURA E PRIMEIROS DIAS VIVENDO NAS RUAS.

Neste ponto da pesquisa buscou-se conhecer como se deu à ida para as ruas, apontando para as condições objetivas e subjetivas que culminaram na perda do “lar” dessas pessoas. Também intentou-se compreender como cada um deles vivenciou os primeiros dias em situação de rua, suas dificuldades ou não, seus medos e anseios, suas expectativas e frustrações.

“Azul” relata que o momento de ruptura se deu com a perda do emprego, devido ao uso abusivo de álcool e que os primeiros dias na rua foram uma experiência de medo, mesmo estando com um companheiro que poderia lhe garantir uma suposta proteção:

A gente saiu da chácara e tava com pouco de dinheiro, mas parece assim que todas as portas se fechou, não achava uma casa pra alugar, um nada e gastamos tudo o dinheiro, não foi dizer que ele gastou, nós gastamos, tudo em bebida e aí a gente se viu na rua, na rua, foi isso que aconteceu. Na primeira noite eu não conseguia dormir, não conseguia dormir. (AZUL)

Relata ainda a preferência de dormir afastada da cidade, pois acreditava ser mais seguro em comparação às marquises da região urbana:

as vezes...muitas vezes a gente ficou no mato, aí eu fui aprendendo a não ter medo, sabe? Mas, aí quando eu fui pra Campo Largo que eu ficava lá nas marquises, como eles dizem, daí eu tinha medo, daí eu tinha medo, porque eu via os meninos “loquinhos”, os mais da pesada e fazia coisas feias perto de mim, aí eu comecei a ficar com medo, coisas feias que eu nem posso falar, sabe? (AZUL)

O relato de “Azul” revela que além das condições desumanas e insalubres a que estão expostas às pessoas que vivem na rua, essa população também vivencia

em seu cotidiano situações de maus tratos e violência. Corroborando com os dados sobre violência contra a população em situação de rua apresentados pelo Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, publicizado em setembro de 2023 de forma digital, no qual aponta que entre 2015 e 2022, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, do Ministério da Saúde, receberam 48.608 notificações de violência que tiveram como motivação principal a condição de situação de rua da vítima, representando uma média de 17 notificações por dia. Vale ressaltar ainda, que muitos casos de violência contra a população em situação de rua são subnotificados, ou seja, não chegam a ser lançados no sistema do SINAN, desse modo esse número pode ser bem inferior à realidade (BRASIL, 2023).

Para “Amarelo” o momento de ruptura com a vida domiciliada se deu quando cometeu uma agressão grave contra uma mulher com quem acabou se envolvendo:

Lembro, lembro...eu levei uma moça dentro de casa fazer um programa e a moça usava droga e naquele negócio...isso é normal na vida, isso é normal. Se vai procurar uma moça dá vintão, trintão pra ela e faz o programa e cada um vai pra um lado. Daí essa moça começou a ir em casa, foi em casa...foi em casa. Fiquei com ela uma vez na vida, mas começou a ir em casa e eu comecei a usar droga com ela. Nunca fui usuário, mas junto com ela eu usei...da situação que houve com ela e com mais uns colegas ali e acabei estragando a vida com ela ali, sabe? Foi onde eu perdi a minha casa, perdi toda a mudança...o emprego, já tinha saído do emprego, tinha acabado de sair do emprego, gastei acerto, gastei tudo. Porque eu agredi ela, eu pedi pra ela afastar, ela não afastava. Então sabe...é uma coisa que é até vergonhoso de falar, não to contando com orgulho, mas se é pra contar...se você estudar, se você pesquisar você vai achar. (AMARELO)

O relato de “Amarelo” revela como uma situação pontual, aliada ao desemprego e vínculos familiares fragilizados, acabaram por determinar a sua ida para as ruas. Com a perda de tudo que havia conquistado durante anos de trabalho e longe do apoio da família e sobretudo envergonhado do que fez, “Amarelo” vai para as ruas e apesar das dificuldades de se adaptar à nova realidade, parece encontrar lá algo que não possuía até então, conforme é possível perceber em seu relato:

Ficar na rua não foi difícil, mais difícil é você conseguir comida assim, mas sabe se você conseguir a cachaça, você sai e se enturma com os outros, os outros acham, os outros conseguem pra gente, daí a gente entra ali, junto com os outros. Os outros vê a gente na rua, eles vêm abraçar a gente, você entendeu? Essa amizade existe na rua, abraça que a gente fala é modo de dizer, é acolher. Daí a gente vê como eles faz e a gente aprende, aprende a pedi, aprende a ganhar comida, aprende a ganhar cachaça, porque é comida, cachaça e cigarro só mesmo. (AMARELO)

“Amarelo” em sua fala aponta para um outro sentido que a rua trás para as pessoas que a utilizam como espaço de moradia, que é o da solidariedade, dos laços de amizade, da construção de uma nova identidade, de liberdade, entre outros aspectos que também compõe a vida da população em situação de rua. Conforme revela Martins (2018) a rua de acordo com quem a vivência é também um espaço onde exercem sua liberdade, onde expressam seus desejos, onde constroem seus afetos e suas relações.

Para “Vermelho” a ruptura ocorreu devido ao fato de sua família ter “cansado” dele, a quebra do vínculo familiar foi fulcral para sua ida as ruas, conforme seu relato:

Foram as escolhas erradas que eu fiz né. Aí antes de eu ir parar na rua... eu já roubei meu pai, já roubei minha mãe, já fiz de tudo já...meus tios. Chega uma época né que as vezes cansa né da pessoa, entendeu? Daí tudo foi correndo para que eu fosse caindo, fosse caindo. (VERMELHO)

Para “Vermelho” o abandono da família o conduziu por um processo de queda até chegar à situação de rua. Ele expressa um sentimento de culpa e vergonha ao reconhecer que os atos que praticou foram a causa do seu afastamento familiar. De acordo com Arruda, Oliveira e Pinho de Almeida (2015) os vínculos familiares são rompidos, quando a família não consegue ajudar e/ou enfrentar juntamente com um dos membros da família os problemas gerados pela dependência do álcool e de outras drogas, entre outras situações, que frequentemente, necessitam de auxílio de profissionais capacitados na área da saúde.

Quanto a sua experiencia de vivenciar a situação de rua “Vermelho” nos conta que sofreu com frio e fome até aprender a pedir, mas depois conseguiu se adaptar:

Foi difícil, porque nos primeiros dias a gente não sabe nada, tem que aprender a pedir comida, aprende até pedir roupas nas casas, um cobertor né, daí foi sofridinho, não que não seja hoje, mas hoje em dia a gente já tem boca né pra... nos primeiros dias eu fiquei lá por Colombo, dormindo embaixo das marquises e...né, acabei aqui. (VERMELHO)

“Vermelho” retrata uma triste realidade que faz parte do cotidiano da população em situação de rua, a qual sofre diariamente com a exposição de seus

corpos ao frio e à fome. Esse processo contínuo acaba por fragilizar a saúde dessas pessoas, gerando inúmeros problemas de saúde e agravando outros pré-existentes, conduzindo lenta e gradualmente essa população à morte, identificando assim a prática necropolítica que atua sobre a população em situação de rua. Martins (2018, p.75) alerta que as condições de vida das pessoas, em suas mais diversas formas, fragilizam ou potencializam a situação de saúde das pessoas em situação de rua.

Já “Laranja” revela que sua ida às ruas se deu de maneira muito rápida, e que em certa medida experimentou até uma sensação de euforia, contudo narra que sofreu violência relacionada a sua orientação sexual, além de ter intensificado o uso de drogas:

Foi muito rápido...não, os primeiros dias a gente fica emocionado, né! É tudo legal, que nem eu te falei, é tudo fácil, tudo legal, mas na parte que eu recai nas drogas eu sofri pra caramba, foi uma mudança grande, porque tem pessoa que não gosta, tem pessoa que aceita, tem pessoa que zoa, entendeu? Foi na onde que eu comecei a sofrer, que eu comecei a apanhar, entendeu? E é uma droga ilícita, que é o crack, né! Você tem que saber usar, né. E quando eu tava começando a usar eu tive que aprender muita coisa, naquela época. (LARANJA)

Embora “Laranja” tenha ficado “emocionada”, talvez pela impressão de liberdade dada pela rua, na sequência ela discorre sobre situações de violência relacionada a questão de gênero. Essa informação aponta para um dado relevante no qual o gênero feminino, além de sofrer com as violações inerentes a própria situação de rua também tem os seus corpos atravessados pela violência relacionadas à questão de gênero, que perpassam desde agressões físicas, morais, verbais, psicológicas e até estupros (MARTINS, 2018). Desse modo, o corpo da mulher, que já alvo de uma gama de violências sofre ainda mais quando se trata de um corpo trans, pois está localizado em um espaço de preconceito e discriminação. Para Martins (2018) refletir sobre a vida das pessoas trans requer inscrevê-las em um campo social em volta em discriminação, transfobia e outras violências, que aliada à necropolítica abrange soma-se às demais violações decorrentes da permanência nas ruas.

Já “Verde”, aponta que o momento de ruptura se deu quando cansada da vida que levava encontrou na rua uma espécie de fuga e quando seu companheiro a viu com outra pessoa, ela assumiu a relação e saiu de casa:

Daí eu me...fui loqueada na verdade, daí eu conheci outra pessoa né, que tava na rua, daí eu comecei a ficar com essa pessoa na rua, porque eu já não tinha nem um parceiro fisicamente também né, sobre todas as questões né, então não tinha o que fazer. Chegar em casa e não ter um homem, ter uma casa sossegada, ter que ficar pagando crédito, pagando as coisas pra pessoa ficar jogando, não buscar um filho no colégio, não trocar a fralda da menina, não se...né...isso é verdade. Então teve um dia que ele viu com a situação, daí falou é isso? daí eu falei é isso mesmo. (VERDE)

Para Martins (2018), embora o ambiente doméstico seja frequentemente associado à um espaço de proteção, ele também pode ser um local de violência em seus mais variados sentidos, revelando alguns dos motivos que levam as mulheres para a situação de rua. Enquanto, Tiene (2004 *apud*MARTINS, 2018, p.29) pondera que “a rua, nesses casos, pode ser o exílio, uma saída para a violência e o sofrimento produzidos em casa”.

Além disso, “Verde” aponta a rua como um local de vergonha e perda de valor perante a sociedade, quando relata como foi vivenciar os primeiros dias na rua:

Fiquei com vergonha. Eu tenho muitos conhecidos, nesse espaço aqui, já faz 19 anos que eu moro, daí uma vergonha né, quando passa os conhecidos que vê a gente lá em cima e depois vê a gente lá embaixo, é vergonha isso.

Esse sentimento de vergonha é comum àqueles que vivenciam a situação de rua, muitos deles se sentem envergonhados por não conseguirem corresponder aos padrões impostos pela sociedade, se sentem fracassados e humilhados. Esse sentimento também está relacionado aos estigmas lançados sobre aqueles que vivem nas ruas. Segundo La Taille (1996 *apud* MOURA; XIMENES; SARRIERA, 2013, p.20), a vergonha está relacionada ao sentimento de exposição, ou seja, de ser objeto do olhar dos outros. Com isso, pode-se afirmar que atitudes discriminatórias contra as pessoas em situação de rua as levam a um sentimento de humilhação e vergonha, pois se percebem carregando estigmas depreciadores (MOURA; XIMENES; SARRIERA, 2013).

6.3 ORGANIZAÇÃO DA VIDA NA RUA E RELAÇÃO COM OS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Estar em situação de rua pode trazer dificuldades no que diz respeito a organização de uma rotina, no entanto quando essas pessoas estão inseridas dentro

de serviços e equipamentos que atendem a população em situação de rua, frequentemente eles passam a organizar as suas vidas em virtude desses atendimentos. Conforme apontam os relatos dos entrevistados:

Bom... se chover já vou pro mocó (risos) uma construção ou outra, entendeu? No dia de sol eu trabalho carrinhando, não preciso de roubar, não preciso de mentir, não sei manguear igual ou outros mangueria, que uns vende balinha, outros vende paçoca, não sei essa situação, porque faz um ano já que eu to pra rua, vai fazer um ano, não sei manguear, não sei vender balinha, prefiro carrinhar, porque eu já carrinhava bem antes de conhecer aqui, de conhecer meu parceiro agora, bem antes. Nunca tive vergonha, sempre carrinhei sozinha. Agora que eu to na situação de rua mesmo, agora eu pego quando o carrinho lá (no abrigo) eu saio naquele horário lá (7:00h) até vir no horário de almoço, se sabe que o carrinho fica cheio já de material né, daí desço para baixo de novo, descarrego, damos mais uma carrinhada, guardo carrinho lá, venho tomar café e de noite deitar e dormir no abrigo. (VERDE)

Então, eu procuro...que eu não to usando mais drogas. Eu procuro dormir na parte...depois do café...daí eu venho, eu almoço no Centro Pop, durmo na parte da tarde, de noite...no momento eu não prefiro mais dormir na rua, prefiro arrumar um abrigo pra dormir ou um hotel e não me vejo mais dormindo na rua sabe. (LARANJA)

Ahh ultimamente né, eu to levando assim, eu to indo lá pro abrigo né, onde a gente é acolhido, aí de manhã a gente sai, a gente sempre caça um rumo, alguma coisa pra fazer, mas a gente que está na rua assim é difícil também, né. Quanto a trabalho, às vezes eu cuido de carro, às vezes faço um servicinho por fora ou até pedir pras pessoas também, mas hoje em dia digamos que eu não faço nada de errado. (VERMELHO)

Os relatos de Vermelho, Laranja e Verde revelam uma organização de sua rotina diária em correspondência com a rotina de horários estabelecidas pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop e do serviço de Acolhimento para Adultos em Situação de Rua. Essa rotina abrange principalmente os horários de refeição e entrada do pernoite, revelando que a organização da vida dessas pessoas está normalmente estruturada para conseguir os mínimos existenciais, tais como alimentação e um lugar para descansar. Nesse sentido Silva (2020) destaca que a burocracia, ou seja, regras e normativas de alguns equipamentos públicos, em especial o Centro Pop e Abrigo Adulto, podem consequentemente criar uma rotina que não permite a mudança, pois muitas vezes a pessoa tem de optar entre usufruir dos serviços como estão postos ou buscar alternativas, como emprego por exemplo.

Já “Amarelo” em sua fala aponta para uma rotina diferente, mais livre e não restrita ao seu atendimento no serviço, conforme explana:

O meu...a minha coberta eu carrego ali, se viu né? Aonde der sono eu acho um cantinho e deito e durmo, a não ser em frente de casa de famílias, essas coisas assim, sabe? Que nem agora, dormi na quadra ali, dormi na frente da loja Carneiro lá a noite, as vezes deito e durmo na praça durante do dia, debaixo de uma árvore. A noite eu consigo dormir num barracão lá embaixo, perto do terminal, eu ponho a coberta do lado e deito e durmo lá, ninguém mexe comigo e quando começa juntar pessoal de fora assim, juntar muito perto da gente eu troco de lugar. (AMARELO)

Nesse sentido, pelo fato de “Amarelo” o único entre os cinco entrevistados que não faz uso do serviço de Acolhimento apresenta uma rotina que não necessita necessariamente estar em consonância com os horários pré-estabelecidos pelo serviço, tendo uma maior liberdade. Esse dado aponta para uma prática comum entre a população em situação de rua que é a predileção por dormir na rua em oposição a ida para albergues que exige dessas pessoas uma série de adequações para sua admissão, que vão desde os horários para entrada, banho, refeição até o estar abstinente. Martins (2018) explica que algumas das dificuldades apontadas por pessoas em situação de rua, estão relacionadas a existência de regramentos e normas, que acabam por criar barreiras de acesso a alguns serviços. Delimitando quem, quando e de que forma podem acessar os serviços destinados a essa população.

Em seu relato “Azul” traz o relato de sua rotina quando se encontrava em situação de rua em outro município em um período que não estava utilizando nenhum serviço destinado à população em situação de rua:

Lá em Campo Largo, era bebida, era bebida, geralmente assim quando a gente...dormia e acordava aí ele mesmo falava pra gente viver na rua a gente não vai aguentar sem beber, ele mesmo falava e eu falava é verdade, então daí ia lá e bebia de novo, aí o sono...às vezes tinha...eu, eu sempre fui muito assim meio vaidosa, às vezes eu chorava calada...falava eu não quero isso pra minha vida, mas aí eu acho que eu pensava assim mas eu to com ele, olha o psicológico, né. Daí às vezes tinha que pagar pra tomar um banho no posto e era assim, às vezes eu ficava com fome, eu passei fome na rua, saber que eu conheci os pratos mais ricos do mundo nos Estados Unidos, vim pro Brasil pra procurar esse tipo de vida, entendeu? (AZUL)

Nesse discurso é possível analisar que a vida das pessoas que estão em situação de rua, quando essas não estão vinculadas aos serviços de Assistencial Social é organizada de acordo com a aquilo que está disponível, revelando

dificuldades para se ter acesso a necessidade básicas como um local para higiene pessoal e alimentação, sendo esses desafios diários enfrentados por aqueles que vivenciam a situação de rua. Com isso, é possível perceber a importância que serviços como os do Centro Pop têm na vida dessas pessoas, pois ainda que esses espaços estejam longe do idealizado pelo Decreto 7053/2009, e sofram com a incidência da necropolítica em sua gestão, como já foi observado nos capítulos anteriores. Ele é um espaço vital para garantir o mínimo de dignidade humana a essas pessoas que sofrem cotidianamente com a escassez de recursos básicos, ainda que não cumpra com o seu principal objetivo que seria o de conduzir a superação da situação de rua. Pois, de acordo com Silva (2020) o Centro Pop, não gera mudança de vida, minimamente atende, necessidades básicas de alimentação e higiene. Não promove (re)inserção social e acaba por se tornar a expressão atual do assistencialismo.

Sobre a relação com os demais serviços e espaços públicos os entrevistados explanaram principalmente atendimentos relacionados aos serviços de saúde e junto a segurança pública. Outras políticas tais como habitação e trabalho sequer foram citadas, evidenciando a sua total inexistência de atuação junto à essa população:

Pra mim o do médico está perfeito, verdade eu era ...depois que eu entrei no abrigo no caso, era coisa que eu não tinha nem no posto, se pede e fica anos e anos e nunca. Pra mim ta perfeito, eu consegui fazer exames, eu consegui fazer uma coisa ou outra, sabe? Eles medem pressão, dão vacina, isso aí ta bom. Aqui vocês também tá. (VERDE)

A análise do discurso de “Verde” revela que os seus atendimentos no âmbito da Saúde melhoraram depois de estar em atendimento no serviço de acolhimento, revelando que os encaminhamentos realizados pela política de Assistência Social para as demais políticas públicas e setoriais são fundamentais para um atendimento de maior qualidade, agilidade e focado às especificidades da população em situação de rua.

Quanto a relação com os serviços de segurança pública, Verde revela:

Tanto na rua como aqui (centro pop) pra mim é indiferente, porque eu não devo nada, minha ficha é limpa, entendeu? Com os homens é diferente, mas pra mim nunca me trataram mal, só uma vez (risos), faz muito tempo (risos). (VERDE)

A declaração de “Verde” aponta para questões de gênero, na qual existem diferenças entre o tratamento ministrado entre homens e mulheres, nesse sentido “Verde” sugere que o tratamento dado aos homens que estão na rua tende a ser mais “violento” do que para as mulheres. Contudo, vale destacar que embora a experiência pessoal de “Verde” seja positiva até o momento, essa afirmação não pode ser generalizada, pois mulheres em situação de rua costumam ser particularmente vulneráveis a diversas formas de violência, entre as quais destaca-se o abuso de autoridades, por meio da força policial.

“Laranja” por sua vez, afirma já ter sofrido violência policial, contudo destaca que recentemente isso não vem ocorrendo:

Comigo é tranquilo. Que nem é assim...posso explicar? Quando a pessoa está numa situação de droga, que tá usando droga, que tá bêbado, a GM já trata diferente, a gente vê do ponto de vista. Aí que nem eu...eu antigamente era tratada com rigor ali, né...eles me xingavam e tudo, mas era a época que eu usava substância química, hoje em dia eu não uso mais e eles não me tratam...eu não vejo assim eles me tratando mal, né ...com educação. Pelo menos...que eu assim tentei voltar pra vida...como que se diz?...pra vida social, eu consegui voltar pra vida social, ninguém está me tratando mal não, mas antigamente eu era tratada com olhar de nojo, com...sabe? Eu não sei te explicar muito bem não. Desprezada, mas assim eu sempre fui forte, entendeu? (LARANJA)

A narrativa de “Laranja” revela a dinâmica de discriminação e estigmas associado ao uso de SPAs que existe nas relações de poder entre pessoas que vivem em condição de rua e as autoridades policiais. Apontado que o estigma frequentemente resulta em um tratamento desigual, violento e discriminatório por parte dessas autoridades, agravando mais a vulnerabilidade dessas pessoas. Vale destacar que a chamada “guerra contra as drogas” é utilizada comumente pelo Estado como uma ferramenta necropolítica, justificando ações violentas e de remoção contra a população de rua. Conforme corrobora Martins (2018), afirmando que guerra às drogas funciona, como um mecanismo relacionado ao Necropoder, o qual criminaliza a pobreza, justificando, naturalizando e dando continuidade às estratégias de extermínio das populações periféricas, em especial a população em situação de rua.

A declaração de “Vermelho” revela uma compreensão do seu acesso aos serviços públicos sob a ótica do assistencialismo e não do direito, além de evidenciar um disciplinamento do corpo ante ao poder de polícia:

Não isso daí, por enquanto quem está mais apto a atender que tá digamos que ajudando assim né são a prefeitura mesmo, os guardas municipais. De experiência o que eu tenho pra trazer é um atendimento bom, desde que... é só obedecer às regras dele né, que claro que não vai ter problema. (VERMELHO)

O medo de ter "problemas" com o aparato policial faz com que se obedeça às regras. No entanto que regras são essas? Pois para a população em situação de rua as "regras" podem ser muito mais rígidas do que para aqueles que são domiciliados. Considerando que muitas vezes pelo simples fato de estarem deitados em espaços públicos essas pessoas acabam por serem removidas com violência. Pode-se citar nesse sentido um fato recente que ocorreu na capital paranaense e gerou grande repercussão, em que a presidente da Fundação de Ação Social – FAS sugere que servidores realizem as abordagens acompanhados da Guarda Municipal no intuito de gerar “medo” na população de rua (TRIBUNA DO PARANÁ, 2023), desse modo a simples existência dessas pessoas é considerada como um crime.

“Azul” e “Verde” abordam em suas falas a mesma lógica de respeito e de se manter dentro de um ordenamento para evitar problemas e relatam não ter nenhuma queixa ser feita:

Eu sempre respeitei muito e olha desde que eu estou com esses problemas, desde assim... de saúde, desde...até já uma vez eu senti mal, fui duas vezes...fiquei no Rocio, me trataram super bem, muito bem, tanto no UPA, no CRAS, não tenho queixa nenhuma. Porque você tem que respeitar o que eles fazem e eu sempre respeitei, entendeu. Agora tem gente que chega lá chutando, gritando e daí mágoa eles, estressa eles, mas eu entendo. Eu não tenha nada a reclamar. (AZUL)

Não tenho problema. O atendimento na saúde não tenho usado graças a Deus, mas quando precisei fui atendido, mesmo estando na rua. A polícia aborda a gente, faz a pesquisa ali, revista a gente, faz normal...pergunta, puxa o documento da gente...sabe do processo meu, não é segredo, tem que saber, não adianta mentir. Mas não tem nada de errado, é só cachaça e cigarro, nunca fui agredido pela polícia. (VERDE)

6.4 RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO E SONHOS FUTUROS

Em última análise buscou-se compreender como se dá a relação dos entrevistados com o mundo trabalho, em quais trabalhos estão inseridos e qual é o impacto desses trabalhos na vida deles. No entanto, nas análises anteriores já foi possível ter uma breve noção de que a população em situação de rua faz parte da classe trabalhadora, estando vinculada desde muito cedo a dinâmica de trabalho,

contrariando a concepção conservadora de que a população de rua é uma parcela da população desocupada.

Outro ponto abordado, foram as expectativas para o futuro. Buscando analisar qual é a natureza desses propósitos e se apesar da dura realidade enfrentada diariamente pelas pessoas em situação de rua, ainda lhe resta esperanças de um viver diferente e com mais dignidade. Sobre a relação com o trabalho os entrevistados responderam:

Eu já fiz de tudo, já fui cozinheira, já fui...na escola eu comecei como...limpar as salas...como zeladora, depois passei pra ajudar a cuidar das crianças, as criancinhas, porque eu levava jeito, na escola particular, lá no Efetivo, lá na...perto do Cotoengo. Depois passei a cozinhar pras crianças e pros adultos que trabalhavam lá, entendeu? Tudo isso foi os meus empregos que eu fiz aqui. E trabalhei também no Centro Europeu cuidando do buffet do hotel, entendeu? (AZUL)

Eu trabalhei desde os 13 anos na lavoura, dos 13 até os 20 era na lavoura, um pouco na construção, de servente de pedreiro, as duas coisas, o que aparecesse. Depois com vinte anos arrumei esse de vigia, daí nunca mais voltei pra roça. Atualmente não to fazendo nada, nenhum trabalho, nada. (AMARELO)

Trabalhava no lava-car, trabalhei roça carpindo alface, já rocei capoeira lá em Tunas, mas nunca tive trabalho formal, inclusive tenho que fazer minha carteira. atualmente minha principal atividade é cuidar de carros, assim vai indo, as vezes eu cato até uns recicláveis pra rua, né. (VERMELHO)

Trabalhava em uma boate e fazendo programa. (LARANJA)

Fiquei dois anos sem carteira de trabalho e depois fui pra rua, quem conseguiu os meus documentos foi vocês. Trabalhei de serviços gerais, auxiliar de cozinha, balconista, zeladora, primeiro serviço meu foi de zeladora no rodo center 21, com 16 anos, meu pai teve que assinar, antigamente era fácil (risos). (VERDE)

Por meio da análise dos discursos dos entrevistados, fica evidente que todos eles estão de alguma maneira incorporados ao mundo do trabalho, além de demonstrar que o trabalho está presente na vida dessa população desde muito cedo. Indicando que a população em situação de rua é parte da classe trabalhadora, contudo foi descartada pelo sistema de produção e hoje faz parte do que Marx compreende como exército industrial de reserva. Conforme aponta Hilario (2016 *apud* MARTINS, 2018, p.17) na atualidade o capitalismo, passa a se desfazer das

massas humanas em larga escala. Pois nesse momento, aquelas imensas massas se tornaram dispensáveis ao seu modo de reprodução e produção de riqueza.

Continuando as análises, outro ponto relevante a ser discutido é a informalidade e precarização dos trabalhos que a população em situação de rua se vê obrigada a realizar, como forma de subsistir. Vale ressaltar que esses trabalhos informais permeiam a realidade dessas pessoas até mesmo antes de estarem de fato em situação de rua, evidenciando a continuidade e aprofundamento da vulnerabilidade social das pessoas que são alvo das políticas de morte do Estado. Na condição de rua, se torna ainda mais difícil sair desse ciclo de informalidade, pois mesmo indo a procura de trabalho formal, diante das altas exigências relacionadas à formação escolar e experiências anteriores, além da dificuldade de não terem moradia fixa, essas pessoas são impelidas para os subempregos tais como: “bicos e trabalhos temporários com reciclagem, flanelinha ou guarda de carros, trabalhos em pequenas obras, na montagem e desmontagem de eventos, mendicância, dentre outros” (MARTINS, 2018, p.56).

Quanto as expectativas, projetos e sonhos dessa população que vivencia uma experiência de morte objetiva e subjetiva cotidianamente temos as seguintes declarações:

Meu maior sonho é ser uma masterchef mesmo, ser aquela cozinheira ‘thebest’, esse é o meu maior sonho. Assim meu sonho de ter as minhas lindas filhas eu já tive, já...eu falo assim, que eu já fui amada, já fui mãe, já amei, então o que que é agora...eu tenho que fazer agora pra mim, sabe? (AZUL)

Eu queria ter um serviço registrado e estar perto da minha família e ter um lugar pra morar. Eu queria estar perto da minha mãe. (VERMELHO)

Uma casa própria, um carro, né. (LARANJA)

Eu não preciso nem fechar (olhos), porque eu já estou vendo ele na minha frente. É uma casa com as minhas filhas juntas, todas as três comigo, não preciso de companheiro e nem de ninguém, só elas. (VERDE)

Nesse sentido, nota-se que os sonhos dessas pessoas estão relacionados ao campo do direito. Sendo esses já instituídos na Constituição Federal brasileira e na Política Nacional para População em Situação de Rua. Isso revela o

distanciamento da concretude de direitos básicos como: moradia, convivência familiar e comunitária, além de trabalho e renda, na realidade da população de rua. Esses direitos são intangíveis para essas pessoas que são esperanças e sonhados como uma conquista a ser alcançada. Assim, conforme aponta Santana (2021) o Estado está totalmente desinteressado em garantir condições dignas para essa população, gerando uma condição de status social compreendida por Mbembe de mortos-vivos.

No entanto, esses entrevistados ainda demonstraram que apesar dessa existência em uma condição de mortos-vivos, ou seja, de total abandono e privação de direitos, eles mantêm as esperanças e sonhos de um futuro melhor, no qual terão acesso a esses direitos que hoje lhe são negados. Porém “Amarelo”, em sua explanação parece ter assimilado essa morte e diz já não esperar:

Não, eu acordei! Não tenho nenhum projeto, é um dia de cada vez. Pra mim o sonho meu é ter um pratinho de comida, um lugar pra dormir, um banheiro pra usar e saúde... isso nem se fala né? Isso é o suficiente, depois vem um dia após o outro e tanto faz. (AMARELO)

A fala de “Amarelo” pode ser reflexo de suas frustrações diante das perdas que sofreu, mas também revelam um estado de apatia e perda de esperanças, o que pode estar relacionado a um quadro de depressão. No entanto, o usuário salienta o sonho de ter um prato de comida, que mais uma vez retrata um direito básico que lhe é negado, tal como a segurança alimentar, direito esse que é retirado das pessoas que vivem em situação de rua. Além disso, sonha em ter um “banheiro para usar”, apontando para uma questão de dignidade humana, já que se é sabido que a população em situação de rua sofre com a dificuldade da inexistência de banheiros públicos que possam ser utilizados por eles.

Infelizmente a fala de “Amarelo” retrata o sentimento de muitas outras pessoas que se encontram em situação de rua. Que revela esse sentimento de viver um dia de cada vez, sem ter perspectivas, pois a realidade que se apresenta para essa parcela da população é uma realidade de morte. Desse modo, a população em situação de rua sente na pele a eficácia dessas estratégias de morte conduzidas pelo Estado Necropolítica.

Desse modo de acordo com análises realizadas nesse estudo, verificasse a existência de mecanismos necropolíticos que atravessam a vida daqueles que estão

em situação de rua, mecanismos estes que estão presentes até mesmo na vida anterior a situação de rua e que determinam a morte social dessas pessoas, levando-as e mantendo-as na condição de rua.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse breve resgate histórico da sociedade brasileira, fica evidente que sua construção econômica e social, foi fundamentada por bases exploratórias e discriminatórias que foram mantidas e aprofundadas no processo de transição do sistema escravocrata para o industrial. Contribuindo assim para exclusão social dos mais empobrecidos e favorecendo a agudização da população em situação de rua, colocando essas pessoas em uma condição que pode ser traduzida pelo conceito de *homo sacer* de Agamben (2010), que se trata de uma personalidade do direito romano arcaico, que por ter quebrado com algum ponto da lei, era extirpado para os arredores da cidade e expulso da vida em bando. Desse modo já não estava integrado na lógica da democracia e do direito, ficando imerso em um estado de exceção, colocando esse indivíduo em risco de morte violenta impendente e legalmente aceitável, considerando que essa pessoa se encontra destituída de todos os seus direitos.

Infelizmente, essa é a realidade vivenciada cotidianamente pela população em situação de rua, a qual tem os seus corpos expostos à violência e morte, sendo negligenciados pelo Estado e pelas políticas públicas existentes, que embora supostamente lhe garantam direitos, na prática não se efetuem. Ao invés disso, servem apenas para imobilizar qualquer ação. Pois como exigir um direito que legalmente já está instituído? Essa é a grande controvérsia que circunscreve a realidade da população em situação de rua, em que vários dispositivos legais criados mediante a grande pressão popular, deveriam atender as demandas dessa população, porém como foi possível analisar, são desmobilizados pelo Estado Necropolítico, o qual atua na contramão dessas leis.

Pois, ao analisarmos criticamente o Decreto 7053/09, vemos que passados quase quatorze anos ele não teve a efetividade que se tencionava e não alcançou os objetivos a que se propunha na sua concepção. Isso se dá principalmente porque o Decreto 7053/09 depende do interesse do político dos governantes nos três níveis de poder para sua real efetivação. Contudo, conforme já exposto o Estado não tem

interesse nessa população, portanto, prefere atuar por meio de políticas de morte ao invés de se preocupar com o cumprimento daquilo que já está preconizado.

Dessa forma, a população em situação de rua é atingida por diferentes táticas necropolíticas que perpassam por processos de discriminação, preconceito, remoções forçadas, violências na suas mais diversas nuances, violações de direitos por parte de agentes públicos, entre outras. Vale destacar que os mecanismos de necropoder são diversos e difusos, e, embora o Estado seja um dos propulsores desses mecanismos, o corpo social também operacionaliza esses mecanismos de morte reproduzindo-os e justificando-os (MARTINS, 2018).

Portanto, as táticas necropolíticas permeiam a vida das populações tidas como descartáveis, mesmo antes delas chegarem à situação de extrema vulnerabilidade que se traduz na situação de rua. Desse modo, a política de produção de morte, é multifacetada, e produz seus efeitos no corpo e mente daqueles que são alvo tanto de suas ações diretas de produção de morte, como das formas indiretas por meio da omissão frente às violações.

Nesse sentido, a população em situação de rua tem a sua existência localizada no limiar da vida e da morte, sofrendo com a inexistência de políticas públicas ou ainda com a não efetivação daquelas que já existem. Essa parcela da população, ainda está sujeita a atuação de políticas públicas precarizadas tais como o Centro Pop, as quais não auxiliam na superação da situação de rua, mas acabam por contribuir para a permanência dessas pessoas nas ruas, promovendo uma espécie de sobrevivência, mas sem garantir dignidade humana.

Portanto, por meio desse estudo fica evidente a conexão entre a atuação necropolítica do Estado e o aumento da população em situação de rua, pois a prática necropolítica tem favorecido o aprofundamento da pobreza e permitido intensas violações de direito, marginalizando populações inteiras e criando “mundos de morte”. Essa condição de vida de extrema precariedade conduz à situação de rua, mas mais que apenas conduzir, a ação necropolítica mantém essas pessoas na rua até levá-las a morte não apenas social, mas na sua literalidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo sacer, o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ALBUQUERQUE, C.M. C. **Loucos nas ruas**: um estudo sobre o atendimento à população de rua adulta em sofrimento psíquico na cidade do Recife. 2009, 136p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8283>. Acesso em 24 abr.2023

ARRUDA, A. M.; OLIVEIRA, C. H.; PINHO DE ALMEIDA, L. **A história de vida de pessoas em situação de rua na cidade de Campo Grande/MS** - Brasil, 2015. Diversité Recherches et terrains, (6). <https://doi.org/10.25965/dire.583>. Acesso: 10 out. 2023.

BARROS, J.R. II. **O Racismo de estado em Michel Foucault**. Florianópolis: Interthesis, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2018v15n1p1/35796>. Acesso em: 10 out. 2023.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 176 p.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. **Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?** In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n140/0101-6628-sssoc-140-0066.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2023

BRASIL. Governo Federal. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 21 abr.2023.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome - MDS. **Rua: aprendendo contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

BRASIL. Governo Federal. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União. Brasília, 2009c

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**. Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013.

BRASIL. **Censo SUAS 2015** – Resultados Nacionais, Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua, Centro POP. Brasília, Coordenação Geral de Vigilância Socioassistencial. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Março de 2016. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>.

BRASIL. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – SUAS e População em Situação de Rua. Brasília: Editora Brasil LTDA, V.3, 2017.

BRASIL. **Censo SUAS 2019** – Resultados Nacionais, Centros de Referência da Assistência Social, Centro Pop. Brasília, Coordenação Geral de Vigilância Socioassistencial. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. Março de 2020. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria-Executiva. **População em situação de rua**: Diagnostico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_ua_digital.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. **Censo SUAS 2022** – Resultados Nacionais, Centro POP. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento, Vigilância Socioassistencial e Gestão da Informação do SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Maio 2023b.

CASINI, J. F. M. **População em situação de rua e necropolítica: invisibilidade e morte social, o Estado e quem "mora andando"** 26/08/2021 175 f. Mestrado em Ciências Sociais Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, Maringá Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá - BCE/UEM

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008

GARCEZ, P. DE M.; BULLA, G. DA S.; LODER, L. L. **Práticas de pesquisa microetnográfica**: geração, segmentação e transcrição de dados audiovisuais como procedimentos analíticos plenos. DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 30, n. 2, p. 257–288, jul. 2014.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. Maria Lúcia Martinelli (org.) São Paulo: Veras editora, 1999.

MARTINS, D. E. **Necropolítica e a produção de morte da população em situação de rua**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Enfermagem, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218269>. Acesso em: 08 out. 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, K. **O Capital**: edição condensada. [condensador: Gabriel Deville; tradução: Murilo Coelho]. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. **Quem vocês pensam que (elas) são?** Representações sobre as pessoas em situação de rua. Psicologia & Sociedade, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 47-58, ago. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822004000200007>. Acesso em: 08 out. 2023

MBEMBE, ACHILLE. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. 1º edição. São Paulo; N-1 Edições, 2018.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2015

MOURA Jr., J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. **Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil**. Revista de Psicologia, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 18, 1 jan. 2013. Universidad de Chile. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2013.30850>.

MUÑOZ, J. (Des)Territorialização, população de rua e o trabalho de assistentes sociais. In: SEMINÁRIO NACIONAL: O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: CFESS, 2011. p. 218-228. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS\(2009\).pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS(2009).pdf). Acesso em: 20 out. 2023

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Brasília: Ipea, 2016. (Texto para Discussão, n. 2246).

NATALINO, M.A.C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Nota Técnica nº 73. Brasília: Ipea, 2020

NATALINO, M.A.C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012 - 2022)**. Nota Técnica nº 103. Brasília: Ipea, 2023

RESENDE, V. M.; MENDONÇA, D. G. **População em situação de rua e políticas públicas**: representações na Folha de São Paulo. Revista DELTA, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/YJvBX8ShDWhBqh76qpf8Psr/?lang=pt&format=html&stop=next#>. Acesso em: 29 jun. 2023

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5ª ed. Porto Alegre: Editora Penso. 2013.

SANTANA, M. V. O. **As Pessoas Em Situação de Rua e a Bio-Necropolítica Como Política de Estado**. *REVISTA APOENA* - Periódico dos Discentes de Filosofia da UFPA, v.2. n. 4. p. 213-226, 2021.

SANTOS, B.S. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SÃO PAULO. **Pesquisa censitária da população em situação de rua**: caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. Qualitest: São Paulo, 2019

SARMENTO, I. V. M. **A Ineficácia das Políticas Públicas Destinadas a População em Situação de Rua**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. 156p.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo. Cortez, 2009.

SILVA, A. C. da. **Sentidos do centro pop para pessoas adultas em situação de rua**: estudo de dois municípios. 2020. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1778>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA, R. B. da; COSTA, A. P. **Direitos humanos da população em situação de rua? Paradoxos e aproximações a uma vida digna**. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, [S.L.], v. 3, n. 6, p. 117, 3 nov. 2015. Editora Unijui. <http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2015.6.117-135>.

TIENGO, V. M. **Rualização e informalidade**: frutos do capitalismo. Curitiba: Appris, 2020.

TIENGO, V. M. **A Pandemia e seus Impactos para a População em Situação de Rua**. *Revista de Políticas Públicas*, v. 25. n. 1, p. 46-62, 2021. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/17332>.
Acesso em: 07 ago. 2023

TRIBUNA DO PARANÁ. Presidente da FAS manda GM “meter” medo em moradores de rua: educadora foi ameaçada. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 26 ago. 2023. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/presidente-da-fas-manda-gm-meter-medo-em-moradores-de-rua-educadora-foi-ameacada/>. Acesso em: 25 out. 2023.

VAN DIJK, T. A. Critical discourse analysis and nominalization: problem or pseudo-problem?. **Discourse & Society**, [S.L.], v. 19, n. 6, p. 821-828, nov. 2008. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0957926508095897>.

VAN DIJK, T. A. Discurso e poder. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.